

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia – CCET
Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU

ORIDES NEGRELLO FILHO

INCLUSÃO DIGITAL E GESTÃO MUNICIPAL

CURITIBA

2007

ORIDES NEGRELLO FILHO

INCLUSÃO DIGITAL E GESTÃO MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para a obtenção ao título de Mestre em Gestão Urbana.

Orientador: Klaus Frey.

CURITIBA

2007

ORIDES NEGRELLO FILHO

INCLUSÃO DIGITAL E GESTÃO MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para a obtenção ao título de Mestre em Gestão Urbana.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Klaus Frey
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof.^a Dr.^a Samira Kauchakje
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof.^a Dr.^a Tâmara Tânia Cohen Egler
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Curitiba, ____ de _____ de 2007.

Negrello Filho, Orides

N385i Inclusão digital e gestão municipal / Orides Negrello Filho ; orientador,
2007 Klaus Frey. – 2207.

102 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2007

Inclui bibliografia

1. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. 2. Participação política.
3. Administração municipal - Participação do cidadão. 4. Inclusão digital.
5. Alfabetização. I. Frey, Klaus, 1964-. II. Pontifícia Universidade Católica
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 21. ed. - 303.4833

323.4

352

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e a minha família, com amor.

*Dedicação especial ao Neto, à Keroline e ao André, como
incentivo.*

AGRADECIMENTOS

A lista de pessoas que desejo agradecer é imensa e aqui não caberia, mas devo um especial agradecimento ao meu orientador, o Professor Klaus Frey, e também às secretárias do Mestrado de Gestão Urbana: a Yohana e a Thaíse.

Sem a compreensão, a ajuda e o apoio dessas pessoas muito especiais, tenho certeza que não teria conseguido terminar este trabalho.

Sem nunca esquecer de agradecer a Deus que permitiu que eu chegasse até o final desta caminhada.

RESUMO

No atual contexto da recente sociedade da informação e globalização, a inclusão digital se tornou um importante campo de atuação na gestão urbana. Os governos locais crescentemente assumem responsabilidades no que diz respeito à disponibilização de acesso público aos novos meios digitais de informação e comunicação, bem como em relação ao treinamento e à preparação dos cidadãos para o uso efetivo desses meios na vida social, política e econômica. O objetivo desta dissertação é a análise de programas municipais de inclusão digital nas cidades de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, enfatizando suas relações com as práticas de gestão adotadas pelas administrações locais. A partir de uma revisão bibliográfica sobre inclusão digital, gestão pública, políticas e programas de inclusão digital, foram adotados os seguintes critérios de análise: 1) universalidade e facilidade de acesso; 2) governabilidade democrática e participação cidadã; 3) alfabetização digital, educação e pesquisa; 4) empregabilidade; e 5) continuidade dos programas de inclusão digital. Esses critérios foram trabalhados como baliza para a comparação das informações levantadas nos *sites* institucionais dos governos municipais. O resultado principal deste trabalho identifica uma ênfase maior nas questões da educação e, sobretudo, da empregabilidade nos governos mais conservadores, e que já haviam colocado em prática reformas administrativas gerenciais. Contudo, os governos mais progressistas, que nas suas práticas de gestão se utilizam de uma maior participação popular para a tomada de decisões políticas, denotam uma maior preocupação com a governabilidade democrática, mobilizando a comunidade local como co-gestora dos programas de inclusão digital. A dissertação ressalta a importância de uma institucionalização formal dos programas de inclusão digital, como forma de garantir a continuidade e a consolidação dos programas de inclusão digital enquanto política pública.

Palavras-chave: inclusão digital; gestão municipal; alfabetização digital; governança urbana.

ABSTRACT

In the context of the recent information society and globalization, digital inclusion has become an important issue in city management. Local governments have taken as their responsibility to offer free access to information and communication by the Internet and to offer free training courses to enable citizens to use virtual means of communication in social, political and economic life. The aim of this dissertation is to analyze programs of digital inclusion in the cities of São Paulo, Curitiba and Porto Alegre, emphasizing the relationship between programs and city government's administrative practices. Based on a bibliographic review on digital inclusion, public management, as well as policies and programs of digital inclusion, the following criteria have been selected for the analysis: (1) universality and facilities of access; (2) democratic governance and citizen participation; (3) digital literacy, education and research; (4) creation of job opportunities; and (5) continuity of digital inclusion programs. These criteria worked as cornerstones in the comparison of the data collected in sites that belong to city governments. The main conclusion of this work is that the more conservative governments that followed the concept and practice of new public management directed their digital inclusion programs primarily to education and the creation of job opportunities as its main objectives, whereas the more progressive governments that used to base the political decision making process on citizen participation are more concerned about democratic governance and how to motivate the local community to take part in digital inclusion programs. The dissertation highlights the importance of a formal institutionalization of digital inclusion programs as premise to guarantee continuity and to consolidate digital inclusion as a public policy.

Key words: digital inclusion, urban management, digital literacy, urban governance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Índice de Desenvolvimento Humano pelos Municípios Brasileiros.. 22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de pessoas que habita em domicílios com qualquer tipo de computador – 2000.....	24
Tabela 2 - Faixa de renda dos usuários dos Telecentros de São Paulo (Percentual).....	69
Tabela 3 - Escolaridade dos usuários dos Telecentros de São Paulo (Percentual).....	70
Tabela 4 - Informações sócio-econômicas das cidades pesquisadas.....	91
Tabela 5 - Quadro comparativo dos programas de inclusão digital.....	96
Tabela 6 - Quadro comparativo São Paulo, por governos.....	98
Tabela 7 - Quadro comparativo Curitiba, por governos.....	99
Tabela 8 - Quadro comparativo Porto Alegre, por governos.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. METODOLOGIA.....	17
2. INCLUSÃO DIGITAL – DEFINIÇÕES E DESAFIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
2.1 EXCLUSÃO SOCIAL – EXCLUSÃO DIGITAL.....	19
2.2 INCLUSÃO DIGITAL – DEFINIÇÕES.....	28
2.3 INCLUSÃO DIGITAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	30
2.4 INCLUSÃO DIGITAL – DESAFIOS.....	34
3. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	37
3.1 NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	39
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS – PODER LOCAL.....	48
4. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E SUA GESTÃO.....	53
4.1 CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	53
4.2 ATORES E ARRANJOS INSTITUCIONAIS DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E SUAS ESTRATÉGIAS.....	59
4.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL.....	62
5. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO DIGITAL EM DIVERSAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA.....	66
5.1 O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	67
5.1.1 Inclusão e Cidadania – Princípios Básicos do Programa de Inclusão Digital da Cidade de São Paulo.....	67
5.1.2 Acesso, Aspectos Tecnológicos.....	68
5.1.3 Uso e Resultados.....	69
5.1.4 Gestão do Projeto e Governança.....	70

5.1.5	Continuidade Administrativa.....	71
5.2	O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA CIDADE DE CURITIBA.....	73
5.2.1	Digitando o Futuro (Primeira Rede de Acesso Público à Internet) – Foco na Educação.....	74
5.2.2	Acesso, Aspectos Tecnológicos.....	75
5.2.3	Uso e Resultados.....	76
5.2.4	Gestão do Projeto e Governança.....	77
5.2.5	Continuidade Administrativa.....	78
5.3	O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA CIDADE DE PORTO ALEGRE.....	79
5.3.1	Telecentros de Porto Alegre – Espaços de Desenvolvimento Comunitário e Inclusão Social.....	80
5.3.2	Acesso, Aspectos Tecnológicos.....	81
5.3.3	Uso e Resultados.....	84
5.3.4	Gestão do Projeto e Governança.....	85
5.3.5	Continuidade Administrativa.....	86
5.4	COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL.....	89
5.4.1	As Cidades e suas Características.....	89
5.4.2	Análise dos Programas de Inclusão Digital.....	91
5.4.3	Atendimento aos Marcos Teóricos deste Trabalho.....	95
CONCLUSÕES.....		101
REFERÊNCIAS.....		106

INTRODUÇÃO

Atualmente, e a partir do fenômeno da globalização, quando as tecnologias da informação e da comunicação encontram-se inseridas no cotidiano de quase todas as pessoas, os temas inclusão digital e desenvolvimento local aparecem como assuntos que constam da agenda pública, tanto no plano econômico como no social.

A sociedade mudou, alguns valores se adaptaram a esses novos tempos, as técnicas e as possibilidades tecnológicas assumiram um papel relevante em contextos diversos, porém o homem médio parece não acatar tão rapidamente as mudanças impostas pelas exponenciais mutações propostas pela nova sociedade da informação.

A maciça utilização da automação, a oferta abundante de comunicação rápida e mais barata e a conseqüente informatização dos mais diversos serviços públicos e privados levaram e continuam levando a uma premente necessidade de adaptação do ser humano a essas novas tecnologias. Hoje, o cidadão necessita de conhecimentos extras para enfrentar a realidade do mundo que se apresenta. Além da alfabetização tradicionalmente oferecida nas escolas, precisa, também, da denominada alfabetização digital.

A alfabetização digital é necessária para possibilitar o acesso às informações e oportunidades com a velocidade que a atual sociedade impõe. Se não parece ser mais concebível para uma empresa depender apenas dos meios convencionais de comunicação para gerir seus negócios, muito menos o é para o setor público e para os cidadãos. Conseqüentemente, essa necessidade ultrapassou os limites das empresas exigindo que o cidadão também esteja preparado para utilizar as facilidades dos avanços tecnológicos.

O tema da inclusão digital não é um desafio apenas para os países com baixo índice de desenvolvimento humano. Está inserido em praticamente todas as sociedades conhecidas e, para enfrentá-lo, cada uma está buscando soluções.

A difusão das comunicações, sem respeitar as barreiras geográficas, trouxe consigo a possibilidade das atuais sociedades se transformarem em sociedades da informação ou do conhecimento. Essa situação inseriu o tema da inclusão digital na agenda política da maior parte dos países, e reuniões sobre o

assunto já estão sendo realizadas com as cúpulas de dirigentes de países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

Cada país, de acordo com suas peculiaridades, enfrenta esse novo desafio com recursos e orientação política próprios. Para muitos, essa questão se mistura com outros problemas crônicos ainda não-solucionados, como a pobreza, a má distribuição de renda, o analfabetismo, a proteção aos direitos autorais, entre outros já existentes.

Ao utilizar os termos “desafio” e “problema” para tratar da inclusão digital, busca-se ressaltar que essa nova necessidade do homem moderno não será obtida naturalmente, como uma simples assimilação por parte da sociedade. Especialistas, governantes e representantes da sociedade civil, reunidos na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em Genebra, em 2003, e Tunis, em 2005, defendem como necessárias políticas públicas em todas as esferas de governo, para que se obtenha êxito na inclusão da maior parte da sociedade neste novo tempo em que vivemos.

Assim, o objetivo deste trabalho é a análise de programas municipais de inclusão digital, enfatizando suas relações com as práticas de gestão adotadas pelas administrações municipais das cidades de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, cotejando as propostas e as políticas ou iniciativas já implementadas em relação ao grau de atendimento aos referenciais teóricos descritos como fundamentais para políticas de inclusão digital.

A utilização de referenciais como a participação popular, a governabilidade democrática, a educação e pesquisa, o conhecimento global de domínio público, a empregabilidade e a continuidade dos programas, contribui para identificar, avaliar e entender as propostas dos programas públicos de inclusão digital.

O fenômeno de excluir parte da população de uma sociedade, bem como as tentativas de resgatar parte dessa parte para o seio da sociedade são ações normalmente presentes nas sociedades historicamente conhecidas, por meio de práticas de exclusão e inclusão adjetivadas das mais diversas formas, tais como: econômica, social, racial, religiosa, cultural, etc. E, na atualidade, também em um novo invólucro: a exclusão digital.

Nossa sociedade, a partir do momento em que se organizou em cidades, passou a utilizar práticas de gestão municipais próprias, como a

patrimonial, a burocrático–tecnocrática, a gerencial, a democrático-participativa e em rede. Neste trabalho, discutiremos essas práticas com o objetivo de identificar como os programas públicos municipais de inclusão digital estão relacionados com esses diferentes exercícios de gestão pública.

Parte-se, neste estudo, da perspectiva que as políticas públicas municipais desenvolvidas estão atreladas às práticas de gestão, fundamentadas, na maioria das vezes, em princípios norteadores presentes em cada padrão de gestão.

Analisar a abrangência dessas políticas e inferir, teoricamente, os seus efeitos, bem como averiguar a existência de participação da sociedade na formulação e na execução dos referidos programas de inclusão digital se torna relevante para a compreensão do estágio de desenvolvimento da participação social na proposição e implementação de soluções que visem à nova sociedade da informação.

Esta pesquisa está baseada nas iniciativas de programas de inclusão digital desenvolvidas nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, tendo o critério de escolha considerado a existência de grande referência a estas cidades em artigos científicos e em muitos sítios disponíveis na Internet. Não existe a pretensão de traçar um panorama que envolva as múltiplas iniciativas que estão sendo desenvolvidas pelo Brasil afora, mas a preocupação em estudar as que habitualmente estão sendo referenciadas como exemplos de iniciativas com características inovadoras e capazes de se adequar ao ambiente econômico, social e político para o qual foram planejadas.

Cada caso estudado acaba por merecer atenção em função das peculiaridades de suas práticas de gestão adotadas. A opção por referenciais teóricos levou em consideração os princípios elaborados pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil em Conteúdos e Temas, por ocasião da 2ª reunião preparatória da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e aprovados na Conferência Regional Ministerial de América Latina e Caribe, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2005, e que se intitula: “Sete deveres: princípios prioritários propostos pela sociedade civil: desenvolvimento sustentável; governabilidade democrática; alfabetização, educação e pesquisa; direitos humanos; conhecimento global de domínio público; diversidade cultural e lingüística; segurança da informação”.

Do estudo destes sete princípios surgiram os critérios adotados para esta pesquisa e que são: 1) universalidade e facilidade de acesso pela população

aos programas de inclusão digital; 2) governabilidade democrática, considerando-se uma maior ou menor participação da comunidade na formulação, implementação e gestão dos programas de inclusão digital; 3) alfabetização digital, educação e pesquisa, como as oportunidades disponibilizadas para este fim; 4) a empregabilidade como produto da alfabetização digital visando alocar ou realocar o cidadão no mercado de trabalho; e 5) a continuidade dos programas de inclusão digital.

Buscou-se enfatizar, nas análises efetuadas, a verificação da existência de oferta de formas de participação social na formulação, implementação e controle dos programas de inclusão digital. A partir da leitura e da investigação dos sítios governamentais averiguou-se a existência de uma verdadeira procura por objetivos de participação democrática por meios informatizados, ou, simplesmente, um enfoque na técnica e na prestação de serviços públicos.

A análise busca verificar o grau de atendimento aos requisitos extraídos dos princípios acima elencados, para identificar as iniciativas de programas de inclusão digital que possibilitem um efetivo atendimento a um ou mais dos referenciais decorrentes destes princípios.

Os resultados são narrados de maneira descritiva após serem cotejadas as propostas da administração municipal com os referenciais teóricos adotados. O referido cotejamento tenta explicar a atual situação, avanços e limitações, dos programas de inclusão digital nos municípios brasileiros pesquisados.

As fronteiras deste trabalho de mestrado foram delimitadas aos casos brasileiros. O que se pretende alcançar é uma análise descritiva a partir de uma amostra de programas de inclusão digital em algumas capitais brasileiras escolhidas que disponibilizam os seus conteúdos na Internet.

A contribuição deste trabalho consiste em uma análise do atendimento dos programas de inclusão digital das cidades pesquisadas aos critérios supracitados que, em última análise, se fundamentam nos requisitos descritos nos princípios prioritários aprovados na Conferência Regional Ministerial de América Latina e Caribe, para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação.

Os questionamentos que acompanham esta pesquisa podem ser resumidos da seguinte maneira: nas políticas públicas municipais de inclusão digital é possível identificar a preocupação com um atendimento aos referenciais teóricos

adotados por este trabalho? Em que grau os programas de inclusão digital atendem a estes referenciais teóricos? Até que ponto o grau de atendimento aos referenciais teóricos está relacionado com as práticas de gestão adotadas?

As pesquisas efetuadas perseguem algumas respostas para os questionamentos citados, tendo como objetivo oferecer contribuições para a discussão da adoção de programas de inclusão digital pelos municípios, que busquem atender aos princípios aprovados na Conferência Regional Ministerial da América Latina e Caribe.

1. METODOLOGIA

Na análise do contexto optou-se por descrever algumas características que se mostram relevantes para a compreensão das estratégias de inclusão digital adotadas para cada uma das cidades selecionadas, por meio da coleta de dados e informações nas páginas eletrônicas disponibilizadas; pesquisas em artigos científicos a respeito dos programas de inclusão digital destas cidades, bem como pesquisa a partir de entrevistas divulgadas pelos responsáveis pelos programas de inclusão digital em cada época de governo.

As iniciativas selecionadas foram analisadas em busca de informações no que tange ao processo de sua formulação e implementação, no que diz respeito ao enfoque específico adotado, à abrangência e, finalmente, ao grau de continuidade de seus programas de inclusão digital com as eleições e troca de governo no início de 2005.

Os procedimentos metodológicos adotados indicam uma coleta de informações por meio de visitas aos *sites* das administrações municipais, como também de organizações não-governamentais que, atuando em parceria com o poder público, divulgam esses dados. Com a visita às páginas disponíveis na Internet, observou-se informações que dizem respeito aos objetivos propostos pelos programas, sua criação e funcionamento, os órgãos responsáveis pela manutenção desses programas, assim como a existência de processos de revisão e de submissão dos programas ao controle social e participação da comunidade. Cada programa é investigado para que se compreenda os propósitos aos quais os programas de inclusão digital se destinam, e em que medida suas concepções atendem a estes propósitos e aos referenciais teóricos adotados para este trabalho.

Na análise dos dados, a pesquisa qualitativa é utilizada, buscando interpretar, interagir, conhecer e refletir sobre o contexto no qual está inserido esse fenômeno da inclusão digital na gestão municipal.

A delimitação do universo de análise se restringiu às cidades de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, correspondendo ao rastreamento feito por meio da Internet para capitais que tenham seus programas como objeto de apresentações em congressos e/ou estão sendo muito citados e referenciados na própria rede. Utilizou-se, para este rastreamento, mecanismos de busca como, por exemplo, Google (www.google.com) e Yahoo (www.yahoo.com).

O trabalho está estruturado de maneira a promover uma revisão da literatura nos primeiros capítulos, envolvendo os desafios e as definições da inclusão digital, as inter-relações entre exclusão social e digital e o novo desafio da inclusão digital, que está sendo atualmente tratada como direito fundamental do ser humano. As práticas de gestão pública dos governos locais brasileiros também são tratadas aqui, assim como as políticas de inclusão digital com seus princípios norteadores, arranjos e atores. Neste ponto são definidos critérios para a análise dos programas de inclusão digital selecionados, encerrando o trabalho com a descrição dos programas e a determinação do grau de atendimento destes programas de inclusão digital municipais aos referenciais teóricos adotados, bem como com uma análise geral das possibilidades e limites de políticas de inclusão digital no contexto brasileiro.

A análise efetuada compreende duas etapas: primeiro, a elucidação do contexto político e social, onde estão inseridos os programas de inclusão digital e, segundo, a verificação do atendimento dos programas aos marcos teóricos escolhidos para essa análise.

2. INCLUSÃO DIGITAL – DEFINIÇÕES E DESAFIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes do advento da Internet, a comunicação estava, basicamente, calcada nas chamadas tecnologias tradicionais de comunicação, como o telégrafo, o telex, o telefone, o fac-símile, o rádio, a televisão, a carta.

Com a sua propagação, em quase todos os países, a partir da década de 90, houve o fenômeno de transformação de cidadãos de nacionalidades diferentes em cidadãos do mundo. Essa transformação só foi possível em função da permeabilidade da Internet em milhares de cidades em todo o mundo. (TAKAHASHI, 2000, p. 3-12).

A Internet venceu barreiras geográficas e políticas, mas acabou por premiar, em um primeiro momento, um pequeno percentual das populações das cidades onde inicialmente se instalou. Atendeu uma parcela da população com poder aquisitivo suficiente para arcar com os custos relativamente altos dessa revolução tecnológica e já capacitada, intelectualmente, para absorver a nova tecnologia.

Em contrapartida, a generalização do uso da Internet criou um novo espaço tanto social, como cultural, econômico, político, e de oportunidades, mas acessível a uma pequena parcela da população. (TAKAHASHI, 2000, p. 3-12).

Como condicionante histórica surgiu um novo tipo de exclusão, a exclusão digital.

2.1 EXCLUSÃO SOCIAL – EXCLUSÃO DIGITAL

Juntamente com a idéia de exclusão se está considerando as várias formas de segregação e discriminação que acabam por compor um quadro de vulnerabilidades difícil de ser superado pelas pessoas, sem apoio da ação do Estado por meio das políticas públicas. (FEIJÓ, 2004, p. 158).

O estado de exclusão é tão antigo quanto a humanidade e, normalmente, está ligado a processos de segregação, justificados sob diferentes motivações. Em alguns momentos, por questões “ditas” religiosas; em outras situações por questões de saúde como, por exemplo, a segregação dos leprosos na Antigüidade e dos aidéticos na Modernidade. Por questões políticas tem sido

explicado o ostracismo entre os gregos e o exílio de subversivos modernos; muitas vezes por questões étnicas, como a segregação dos judeus-alemães entre os alemães pretensamente arianos, e dos povos africanos negros entre os povos descendentes de europeus brancos. Por questões econômicas, ainda, tem sido explicada a segregação dos “vagabundos” na sociedade inglesa do século XVIII e dos “não-empregáveis” na sociedade contemporânea globalizada. (RIBEIRO, 1999, p. 38).

A situação de exclusão ocorre, na maioria das vezes, como um dos resultados das mudanças na sociedade, veja-se as crises econômicas e as evoluções tecnológicas. O excluído não opta por ser um excluído, com raras exceções. A exclusão acontece de várias formas, sendo uma das mais relevantes a econômica, que acaba gerando, normalmente, uma série de outras formas de exclusão. (CASTELLS, 2003, p. 225-226).

Por sua vez, a exclusão atinge com maior força o cidadão em condições de escassez de renda e emprego que, geralmente, são menos preparados, e se encontram em uma situação menos privilegiada, acabando por ser mais fortemente atingidos pelas demais formas de exclusão.

É importante a análise da exclusão cultural, que impede, via de regra, que o indivíduo possa obter uma educação adequada. Essa educação, na maioria das vezes, é um instrumento para aumentar as possibilidades de conquista de um emprego com melhor remuneração, assim como visualizar as possibilidades de obtenção de informações que podem incluí-lo entre os indivíduos habilitados a exercer sua cidadania de forma plena.

Maria da Glória Gohn (2000, p. 188), afirma que “desenvolver o sentimento de pertencimento e de solidariedade, faz parte de uma agenda de lançamento de bases para o desenvolvimento de uma nova cultura política, oposta a que tem se enraizado no país, fundada no clientelismo/corrupção e malandragem, do ‘rouba mas, faz’, de ‘sempre levar vantagens’”.

Robert Castel (1997, p. 32-40) afirma que a realidade da exclusão ou a dimensão da pobreza que a faz visível não pode ser dissociada dos processos de destruição de direitos de cidadania no âmbito das políticas de saúde, educação, segurança, habitação e regulamentação do trabalho, instituídos com o Estado social.

Na maioria das vezes, os próprios organismos estatais de assistência e promoção social são quem definem os “excluídos” como objetos de políticas de inserção.

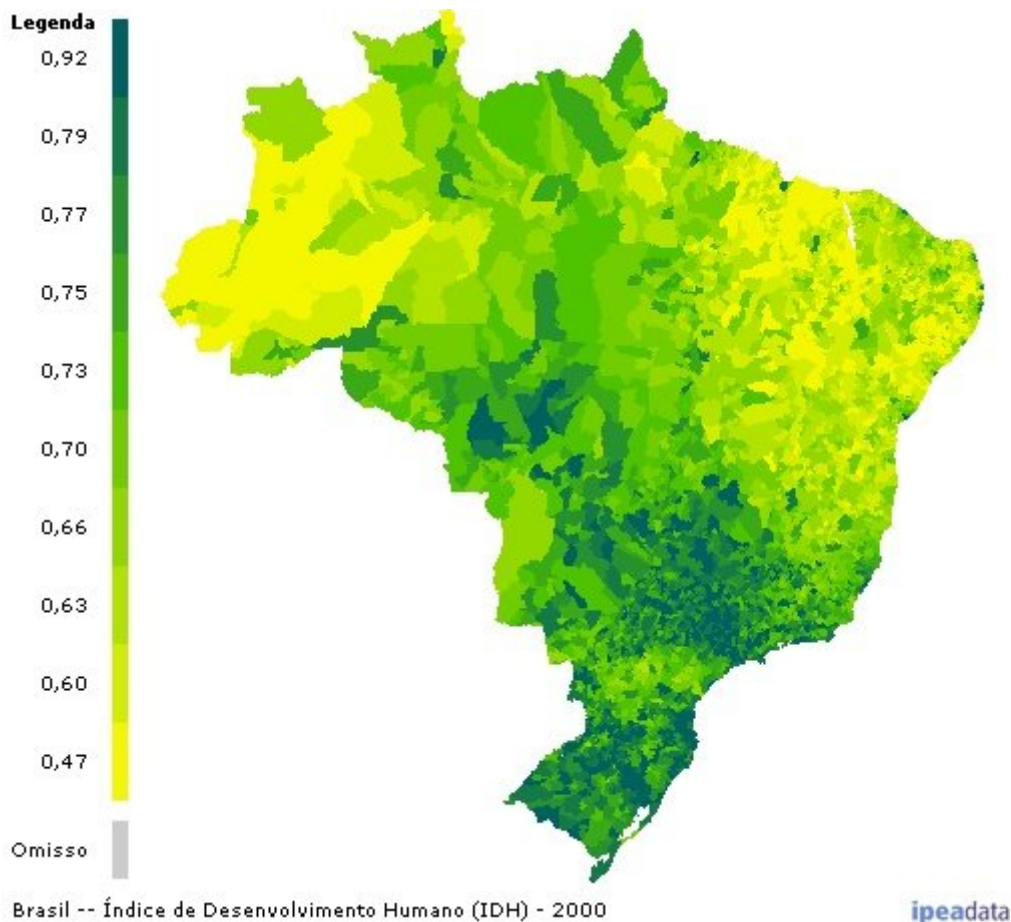
Quando falamos de Brasil, Luciano Oliveira (1997, p. 50) identifica obras em que, já nos anos 70, apareciam denúncias sobre a exclusão vista como decorrente seja do modelo econômico, ou do olhar etnocêntrico, ambos discriminando pobres e determinadas etnias e raças. O autor ressalta a pobreza resultante do desemprego e do subemprego, com todas as suas conseqüências, como o fenômeno central dentro da categoria exclusão.

Para Pochmann e Amorim (2003), no *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, quando se fala em exclusão pensa-se imediatamente na privação de algo, um grupo sem acesso a algum bem socialmente produzido. Levando-se em consideração esse modo de pensar, é possível entender a exclusão social como a impossibilidade de acesso a alguns direitos sociais básicos que, em decorrência, leva os grupos nessa situação à condição (que o autor chama) de subcidadãos: sem direitos, sem consumo e sem ferramentas para superar esse impasse.

O mapa do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros demonstra uma situação precária, com apenas pequenas áreas de inclusão em uma extensa área de exclusão, persistindo a desigualdade regional no território nacional.

O IPEA revela um quadro heterogêneo (Figura 1) no Índice de Desenvolvimento Humano pelos municípios brasileiros.

Figura 1 - Índice de Desenvolvimento Humano pelos Municípios Brasileiros.



Ainda o Atlas cita números que indicam que dos 5.507 municípios brasileiros presentes no censo de 2000, 2.290 (ou 41,58%) apresentam elevado grau de exclusão social. Ressalta que nos municípios do Sudeste-Sul está a maior quantidade de municípios na condição de inclusão social e, proporcionalmente, a menor participação no número de municípios com elevado grau de exclusão social. São Paulo possui quatro municípios na condição de elevado grau de exclusão social, Rio de Janeiro conta com apenas um e, Santa Catarina, aparece com dois, restando ao Rio Grande do Sul e ao Espírito Santo cinco municípios cada um. Resultados diferentes mostram o Paraná onde, dos seus 399 municípios, apenas 29 são considerados com elevado grau de exclusão e Minas Gerais, com seus mais de 800 municípios, ostenta 229 unidades em má situação de inclusão. (POCHMANN e AMORIM, 2003).

Quando a análise do Atlas voltou-se para as grandes cidades mostrou uma forte desigualdade na distribuição da riqueza e do bem-estar social

entre seus bairros. De maneira análoga ao quadro geral brasileiro há indicadores ruins em algumas partes das cidades, porém bons em outras. Neste Atlas foram analisadas as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Fortaleza e Belém. Todas, sem exceção, apresentaram sinais de segregação territorial urbana, isolando ricos e pobres.

Uma constatação importante é que nas grandes cidades brasileiras os resultados ruins, nos indicadores sociais, em suas periferias, são coincidentes com os dados da maior incidência de violência, casando violência e pobreza, fato diferente das demais regiões do país, onde essa questão não é verificada. Nas grandes cidades, as regiões mais carentes se caracterizam por altos índices de violência, mostrando-se maior quanto maior for a carência daquela região urbana.

A educação, sendo dever do Estado e direito do cidadão, coloca-se como um dos principais instrumentos da sociedade para efetivar o processo de formação e construção da cidadania. Nessa linha, a política para a inclusão deve permitir que as relações humanas se fundamentem nos princípios da equidade, justiça social e participação cidadã e cidadina, nas diversas instâncias de decisões.

O Mapa da Exclusão Digital (NÉRI, 2003, p. 6) defende que a Inclusão Digital representa um canal privilegiado para a equalização de oportunidades ou para a redução da desigualdade social nesta atual Era do Conhecimento.

O relatório mostra que mais de 80% da população mundial vive em países cuja renda per capita inferiores à brasileira. Os gastos sociais no Brasil chegam a 21% do PIB. Néri (2003, p. 14) conceitua analfabetismo digital como o estado de um ser humano estar impossibilitado de utilizar os meios digitais, e alega que este novo analfabetismo afeta a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gerando consequências em todos os campos da vida do indivíduo.

Esse mesmo relatório informa que em 2001, 12,46% da população brasileira dispunha de acesso a um computador e 8,31% à Internet.

Um levantamento do IPEA, no ano de 2000, demonstrou que existiam, nos estados brasileiros, domicílios com computador, de acordo com os percentuais abaixo descritos. A Tabela 1 mostra o percentual de pessoas que habita em domicílios com qualquer tipo de computador, desde que em condições de uso.

Tabela 1 - Percentual de pessoas que habita em domicílios com qualquer tipo de computador - 2000.

Estados	2000
AC – Acre	3,40
AL – Alagoas	3,59
AM – Amazonas	5,46
AP – Amapá	4,76
BA – Bahia	4,60
CE – Ceará	4,61
DF - Distrito Federal	23,87
ES - Espírito Santo	9,12
GO – Goiás	6,42
MA – Maranhão	2,04
MG - Minas Gerais	9,15
MS - Mato Grosso do Sul	7,41
MT - Mato Grosso	5,62
PA – Pará	3,77
PB – Paraíba	4,42
PE – Pernambuco	5,40
PI – Piauí	2,75
PR – Paraná	11,57
RJ - Rio de Janeiro	15,51
RN - Rio Grande do Norte	5,30
RO – Rondônia	4,10
RR – Roraima	5,26
RS - Rio Grande do Sul	11,54
SC - Santa Catarina	12,25
SE – Sergipe	5,17
SP – São Paulo	17,98
TO – Tocantins	2,69

Unidade: (%)

Fonte: BRASIL, 2007c.

Afirma Néri (2003, p. 34), em outro ponto de seu relatório, que as “crianças e adolescentes são mais excluídos do que qualquer grupo etário, mas menos no caso da tecnologia digital doméstica, o que suscita algum otimismo quanto ao futuro das novas gerações”.

Quando o autor analisa a escolaridade versus a exclusão digital, conclui que indivíduos com mais escolaridade possuem maior acesso aos meios digitais. (NÉRI, 2003, p. 36).

Os domicílios com altos percentuais de acesso digital estão localizados, em sua maioria, no Sudeste Urbano, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, em cerca de 31,10%. Não foram encontrados domicílios incluídos digitalmente situados em favelas.

A análise de dados efetuada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstra que a escolaridade média das pessoas incluídas digitalmente é de 8,72 anos completos de estudo, média relativamente alta se comparada à escolaridade média da população total brasileira, que é de 4,81 anos de estudo, corroborando com a tese de que as pessoas que possuem computador receberam uma educação melhor.

A leitura dos dados tabulados neste trabalho leva à identificação de uma nova responsabilidade das administrações municipais: as cidades que atraem a migração das pessoas do meio rural necessitam produzir programas de inclusão social que levem em consideração a necessidade da inclusão digital, o que auxilia na própria sobrevivência do migrante, ou seja, existe a necessidade de uma política pública de inclusão digital.

Com a avaliação da informação que nos mostra que apenas 1,55% das pessoas que vivem no meio rural estão incluídas digitalmente, percebemos como está a situação do campo brasileiro. Discute-se, ainda hoje, nos debates políticos, as possibilidades do Estado em levar energia elétrica, comunicação, estradas, educação, atendimento médico, entre outras necessidades, para a zona rural. A inclusão digital exige um mínimo de infra-estrutura instalada, fato que não é comum ao campo e, por certo, não se trata da necessidade mais urgente vista pelas administrações municipais das áreas rurais.

Contudo, para as administrações municipais de áreas altamente urbanizadas, que recebem um grande fluxo de migrantes do meio rural, e cuja economia está fortemente baseada no conhecimento, crescentemente disponibilizado pelas novas tecnologias, a necessidade de uma política de inclusão digital se mostra mais premente. Primeiro, em função da própria exigência do mercado de trabalho nas áreas urbanizadas; segundo, em função da própria necessidade de levar os serviços públicos para um contingente maior de habitantes,

bem como pela necessidade de automação de processos, visando atender mais e melhor a população presente no município; e, terceiro, pelo levantamento das necessidades e participação da própria população na solução dos problemas, muitos deles gerados pela intensa e freqüente migração e pela incapacidade econômica do município em atender a todos de maneira digna.

Avaliando o progresso tecnológico e a municipalização com números levantados a partir de 2000, pelo IBGE, a realidade se apresenta repleta de desigualdades também na área de produção brasileira. O IBGE divulgou o PIB dos 5.560 municípios existentes, no ano de 2002, e revela concentração e desigualdades na geração de renda. Em 2002, quando o PIB brasileiro era de R\$ 1,3 trilhão, o estudo revela que nove municípios respondiam por um quarto dessa renda. Nesse mesmo ano, metade do PIB nacional estava concentrado em apenas 1,3% dos municípios brasileiros (70 de um total considerado de 5.560), onde morava um terço (33,3%) da população. No outro extremo, 25% da produção ficava a cargo de um contingente de quase 93% das cidades existentes (5.153 municípios, em números absolutos), que reuniam 43,3% da população. (BRASIL, 2007b).

Essa constatação gera preocupação com a gestão pública municipal, bem como com as políticas públicas necessárias para que se atenuem as diferenças regionais, dentro das possibilidades que a autonomia local dos municípios brasileiros propicia.

Quando o tema da exclusão social é debatido, há certa dificuldade em saber, com exatidão, o que é exclusão social. Entretanto, as estatísticas se preocupam em contar os excluídos. Critérios diversos foram definidos para mensurar o número de excluídos, por exemplo: renda per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de desempregados de longa duração, entre outros. Dessa maneira, dependendo do critério, podemos incluir mais ou excluir imensos contingentes. Rosanvallon (1997, p. 154) pondera que “não é importante contar os excluídos. Isso não permite tê-los como objeto de ação social. O importante é, em primeiro lugar, analisar adequadamente as trajetórias que conduzem às situações de exclusão, que resultam sempre de um processo particular”. A análise dos caminhos que levaram as pessoas para a situação de exclusão pode ser a saída para descobrir os meios de tirá-las dessa condição.

2.2 INCLUSÃO DIGITAL – DEFINIÇÕES

A sociedade contemporânea, entendida como uma sociedade que recorre, nas suas interações, predominantemente aos meios digitais, recebeu inúmeras e variadas designações: Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade do Conhecimento e Inovação. Um fator que sempre se destaca nessas concepções de sociedade da informação e do conhecimento é o uso crescente das novas Tecnologias da Informação e Comunicação. (GOUVEIA, 2003, p. 3-8).

Neste sentido, Castells defende que a característica marcante da sociedade atual é a de ser uma sociedade da informação, transformando-se em uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999, p. 24 e 410). O ambiente em que vivemos pode ser visto como um entrelaçado de fluxos de informação, no qual indivíduos e organizações têm que se readaptar. Essas colocações levam, inicialmente, a tomar as Tecnologias da Informação e, mais recentemente, da Comunicação, como oportunidades para moldar novos hábitos e influenciar comportamentos profissionais, sociais e políticos.

As novas Tecnologias de Informação e de Comunicação têm a capacidade de desintegrar padrões sociais para reintegrá-los de uma nova forma e, ainda que de maneiras diferentes, todos acabam por sofrer os seus efeitos no quotidiano. (GOUVEIA, 2003, p. 5). O aparecimento da Internet, como um novo meio de comunicação, tem sido associado ao conflito existente nos novos padrões de interação social. (CASTELLS, 2003, p. 64).

O conceito de Inclusão Digital emerge no contexto da Sociedade da Informação, sendo visto como a capacidade da população de se inserir neste mundo virtual de tecnologias de informação e comunicação. A população pode ser consumidora de bens, serviços e informações, como também participante ativa dessa nova sociedade contemporânea.

O termo “incluir” segundo o Dicionário Aurélio, significa “inserir, introduzir, por dentro”. Entretanto, a pergunta é: inserir onde? Inserir os que não puderam alcançar este objetivo na primeira fase de implantação da sociedade de informação é um dos significados mais abrangentes para o termo inclusão digital. (FERREIRA, [2004]).

Diante da atual exigência de racionalidade em busca da conformação de comportamentos, e de uma suposta inevitabilidade de adaptação de todos, o mercado aponta para “formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos de cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo”. (SANTOS, 2000, p. 45).

Este mercado sentencia que aquele que não se insere em sua lógica, torna-se excluído. Entretanto, ao mesmo tempo em que gera a exclusão, necessita buscar a inclusão de pelo menos uma parte desses excluídos para poder manter-se, pois se perder essa parcela de consumidores, o modelo econômico corre o risco de estagnar.

Segundo SANTOS (2000, p. 40), a estratégia utilizada é fazer uso de medidas compensatórias que minoram, mas não eliminam, a exclusão, já que esta é “um efeito inevitável do desenvolvimento presente no crescimento econômico e na competitividade em nível global”.

Esse conceito relativo à exclusão está intimamente ligado às exigências do mercado em um sistema capitalista, na lógica de funcionamento deste sistema. Aquele que não opta por ou não consegue se introduzir, conforme as regras preestabelecidas se torna, por consequência, um excluído. (SANTOS, 2000, p. 40).

A inclusão digital também pode ser entendida, de uma maneira reducionista, como uma forma de acesso universal, uma busca para assegurar que todas as pessoas, todas as famílias, tenham acesso às redes de comunicação e informação. (BRASIL, 2003, p. 1). Porém, quando se fala em inclusão digital no sentido de dar ao indivíduo acesso à rede, Gilson Schwartz (2006, p. 1-2) afirma “que é necessário mais, que esse indivíduo que acessou a rede encontre o seu caminho, ou seja, se emancipe para conseguir renda, emprego. Eles estão se capacitando, seja na gestão monetária, seja na questão de conteúdo”. Mas além desta perspectiva com foco no bem-estar do indivíduo surge uma nova discussão em torno do exercício da cidadania, nesta nova sociedade da informação.

Para o exercício da cidadania, Sérgio Amadeu da Silveira (2005, p. 1) defende que a garantia do direito ao acesso à informação é uma forma de exercício da cidadania. O meio digital “pode ser um canal importante para se cobrar outras ações do Estado e promover o desenvolvimento efetivo do governo eletrônico

no país, que hoje está centrado em serviços de arrecadação voltados aos incluídos”, destacando-se sua importância para o fortalecimento da democracia.

2.3 INCLUSÃO DIGITAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A discussão sobre inclusão digital já alcançou a área do Direito, sendo entendida como o direito de acesso aos meios digitais como Direitos Humanos ou Direitos Fundamentais.

Segundo Bobbio (1992, p. 19), o que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas, concluindo que não há direitos fundamentais por natureza. Existe, como reconhecem alguns doutrinadores mais modernos, dimensões de direitos, onde há, na verdade, percepção da sociedade sobre esse novo direito. Já advogava que a expressão “dimensões” seria a mais apropriada, pois entendia os direitos fundamentais como atemporais, coexistentes e não-hierarquizados. (HOESCHL, 2003, p. 53-57).

Hoeschl (2003, p. 56-57) faz a seguinte distinção:

“a primeira dimensão surge com a passagem do estado de natureza para o estado civil. A segunda com a necessidade de regulamentação da vida privada, orientada pelos direitos civis. A terceira vem em razão das discussões sobre ampliação do exercício do poder, os direitos políticos. A quarta está ligada às questões de natureza coletiva, quando surgem os direitos sociais, influenciados pelo trabalho em massa. Os direitos difusos, principalmente nas questões ambientais e de consumo, provocaram uma nova aglutinação, de muito destaque na atualidade. Os temas ligados às questões da Bioética, como manipulação genética, transplantes de órgãos e hibridação homem/máquina, entre outros, motivam a sexta dimensão. Realidade Virtual, Inteligência Artificial e Internet são os principais acontecimentos ligados à telemática e à vida digital. Centralizam a discussão sobre os direitos de sétima dimensão, e são o principal norte do direito digital”.

Os Direitos Humanos, profundamente estudados e debatidos por Norberto Bobbio (1992, p. 4), começaram a ser firmados na formação do Estado moderno, quando tem início uma inversão da relação entre o indivíduo e o Estado, passando o segundo a também ter obrigações para com o primeiro. Em sua opinião começa a ocorrer uma mudança do paradigma assumindo o indivíduo o papel principal.

O autor argumenta que, do ponto de vista teórico, sempre defendeu, mantendo atualizada sua posição com novos argumentos, que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos. Nasceram em determinadas circunstâncias, “caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”. (BOBBIO, 1992, p. 5).

Quando se fala em Direitos Fundamentais é ponto pacífico, na doutrina jurídica, que se está referindo aos direitos com características de primariedade e indispensabilidade, incluindo sua aplicação essencial para a dignidade humana.

Na posição de José Afonso da Silva (2006, p. 159):

“Direitos fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada [...], porque, além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas”.

Quando o tema busca o conhecimento e a participação da sociedade nos atos do governo, Bobbio (2000, p. 392) coloca: “O poder autocrático dificulta o conhecimento da sociedade; o poder democrático, ao contrário, enquanto exercido pelo conjunto dos indivíduos aos quais, uma das principais regras do regime democrático atribui o direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, o exige. O cidadão deve ‘saber’, ou pelo menos, deve ser colocado em condições de saber”.

Admitindo-se que a informação é um direito prioritário e fundamental para que a pessoa humana possa exercer suas opções com liberdade, e que a inclusão digital é um de seus meios na sociedade contemporânea, é consequência lógica admitir-se que deve corresponder a um dever. Dever de quem? Dever do Estado de propiciar os meios para o fornecimento de informações para a sociedade.

O progresso tecnológico, com a massificação dos meios de comunicação e interação, leva o Direito a encarar este novo fato com um crescente interesse jurídico. Para Carvalho (1999, p. 18) “o progresso tecnológico transformou a informação em um bem jurídico capaz não só de satisfazer a necessidade do

saber, como de influir decisivamente no seu uso”, encontrando-se incluído nas modernas tendências do Direito que se ocupam dos interesses difusos.

Ao defender a liberdade da Internet, Carvalho (1999, p. 3-4) afirma que a rede tem condições de contribuir decisivamente para a democratização da informação. “Pois a rede não é de ninguém; ninguém a tutela; ninguém a gerencia. É um patrimônio da sociedade cosmopolita que permitirá ao cidadão participar, de seu computador, das decisões governamentais”.

Manuel Castells (2003, p. 255) alerta que “a Internet é o tecido de nossas vidas neste momento (...) É um meio para tudo (...) É mais do que uma tecnologia. É um meio de comunicação, de interação e de organização social”. Admite que o uso da rede propicie interatividade entre governantes e governados.

Em contraposição a essas opiniões favoráveis sobre os benefícios da comunicação e da Internet, Dênis de Moraes (2003, p. 211) acredita que apesar das vantagens da Internet, existe uma forte exclusão digital que “restringe o acesso dos países periféricos”. Observa, também, que o forte interesse das corporações no espaço da Internet dificulta as possibilidades democratizantes da rede. Informa que o mercado global de mídia pertence a não mais que oito grandes conglomerados de comunicação.

Dowbor, Trevisan e Moraes (2001, p. 58) lembram que metade da população da Terra ainda vive no campo, com um bilhão dos seis bilhões de habitantes analfabetos e apenas 15% dos habitantes do planeta controlando 80% do PIB mundial. Acata a idéia de que as novas tecnologias, capazes de transmitir informação mais generalizada, possam atuar “como ferramenta poderosa para facilitar a reconversão social que se prepara”.

Na segunda Oficina de Inclusão Digital, ocorrida em maio de 2003, em Brasília, chegou-se à conclusão que se deve alçar o acesso à informação e o direito à comunicação como direitos inalienáveis do ser humano; a inclusão digital e a produção de conhecimento como fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico, cultural, político e social do país; e a necessidade de aprimorar as possibilidades de incentivo fiscal. (BRASIL, 2007a).

Quanto aos atores, o relatório sugere que devem ser definidos segmentos da sociedade prioritários para a inclusão digital; que exista um monitoramento da execução das políticas públicas pela sociedade civil, bem como a participação de representantes desta em instâncias decisórias das políticas públicas;

a construção conjunta de políticas públicas, estímulo e incentivo à troca de experiências das soluções locais; que as ações de inclusão digital sejam realizadas no âmbito local, buscando-se a articulação das políticas públicas pertinentes entre os governos federal, estadual e municipal; a formação de parcerias para o melhor envolvimento da sociedade nos projetos de inclusão digital.

Quando se fala de progresso tecnológico e de municipalização, os números levantados a partir de 2000 pelo IBGE mostram uma realidade repleta de desigualdades também na área de produção brasileira. O IBGE divulgou o PIB dos 5.560 municípios existentes em 2002 e revela concentração e desigualdades na geração de renda. Em 2002, quando o PIB brasileiro era de R\$ 1,3 trilhão, o estudo revela que nove municípios respondiam por um quarto dessa renda. Em 2002, metade do PIB nacional estava concentrado em apenas 1,3% dos municípios brasileiros (70 de um total considerado de 5.560), onde morava um terço (33,3%) da população. No outro extremo, 25% da produção ficava a cargo de um contingente de quase 93% das cidades existentes (5.153 municípios, em números absolutos), que reuniam 43,3% da população. (BRASIL, 2007b).

Essa constatação leva a uma preocupação no que diz respeito à gestão pública municipal e às políticas públicas necessárias para atenuar as diferenças regionais, dentro das possibilidades que a autonomia local dos municípios brasileiros oferece.

2.4 INCLUSÃO DIGITAL – DESAFIOS

No Brasil e em outros países que possuem uma realidade econômica e social que atravessa mais dificuldades que os países desenvolvidos, a massificação do uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) para modernização do setor produtivo e das atividades estatais criou uma nova classe de excluídos socialmente: os digitalmente excluídos. Trata-se de cidadãos que necessitam de emprego, mas que não têm e-mail para fornecer numa entrevista; que precisam de uma certidão negativa da administração pública, mas não fazem idéia de que pode ser obtida fora dos limites da repartição pública. (TAKAHASHI, 2000, p. 3-12).

Ressalta Takahashi (2000, p. 48) no Livro Verde da Sociedade da Informação do Brasil, que o grande desafio dos países emergentes "é a aplicação das tecnologias da informação e comunicação nos níveis médio, graduação e pós-graduação".

O autor continua afirmando que a sociedade da informação não é um modismo, impõe profundas mudanças na organização da sociedade e da economia. Não é uma situação apenas local, possui reflexos nas administrações locais, mas é um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponível. A inclusão digital passa pela capacitação da população, e consiste na chamada alfabetização digital, que se fundamenta em propiciar aos cidadãos a proficiência para a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, como a operação de computadores e a utilização de softwares e aplicativos. Esse é o primeiro passo para que os cidadãos possam acessar e utilizar essas ferramentas com uma finalidade própria, no sentido de estimular o aprendizado e, conseqüentemente, o exercício da cidadania.

Frey (2004, p. 5) defende que o avanço tecnológico, impulsionado pela disseminação das novas tecnologias da informação, da comunicação (TICs) e da Internet, "representa uma variável ambivalente neste processo de afirmação das cidades e municípios no processo de globalização e na busca da sustentabilidade". Traz consigo as "tendências de exclusão social e de concentração de poder em função da apropriação desigual dos potenciais tecnológicos, sobretudo em sociedades caracterizadas por grandes desigualdades sociais", mas propicia "um potencial de emancipação social e redefinição das relações Estado-sociedade no sentido de uma maior democratização do acesso à informação e ao poder social e político".

É difícil imaginar uma proposta de solução dos problemas sociais do Brasil, na atualidade, sem considerar o uso de tecnologias de informação e comunicação, tecnologias que podem estender o raio de atuação de uma política social ou de iniciativa comunitária para a diminuição das desigualdades sociais.

As recentes transformações ocorridas em tempos de globalização provocaram profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. Para enfrentar estes novos desafios, modelos de gestão e questões que envolvem a governança e

a democracia na gestão urbana necessitam considerar o uso dos recursos da tecnologia da informação e comunicação. A gestão urbana contemporânea contempla um conjunto muito amplo de variáveis e de diferentes atores exigindo debate em torno dos caminhos possíveis para a implementação da gestão.

Estão à disposição dos gestores públicos instrumentos, recursos tecnológicos, procedimentos e formas de ação novas e adequadas para criar modelos inovadores de gestão urbana. É necessário, pois, enfrentar a crescente complexidade dos processos locais de tomada de decisão e a ampliada agenda urbana, buscando soluções para os atuais temas de desenvolvimento econômico local, a geração de emprego, a segurança pública e o meio ambiente. (FREY, 2002).

A governança eletrônica não pode ser considerada como uma mera utilização da tecnologia da informação pelos governos, mas a utilização da tecnologia da informação pelas organizações da sociedade civil, visando modificar os padrões de relacionamento com os governos. Evidentemente, este novo paradigma exige modificações das práticas de trabalho das administrações municipais e está fortemente vinculado a mudanças na forma de pensar dos servidores. A utilização das TICs, de maneira emancipatória e democrática, não ocorre automaticamente, ela depende da vontade política dos governantes. A Internet não propicia uma participação política, não foi criada com a finalidade de promover cidadania democrática, mas tem grande potencial para ser usada visando renovar modos de participação política e tomada de decisões. Uma das limitações desta participação política está no fato de que a grande maioria da população não possui acesso à Internet e está longe de ter condições materiais, técnicas e intelectuais mínimas para a utilização das novas TICs. (FREY, 2002).

3. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, o governo municipal tem assumido uma posição de grande importância no cenário político e social brasileiro, demandando, dessa forma, uma busca por soluções das limitações e dos problemas enfrentados pelas populações existentes em seus municípios.

É inquestionável que a partir da Constituição de 1988 os Estados e municípios ficaram com uma boa parte dos recursos que antes eram direcionados à União. A partir da nova distribuição dos tributos, houve uma correspondente delegação de tarefas, logo, "importantes tarefas, antes assumidas pelo poder central, têm de ser incorporadas ao âmbito governamental subnacional". (ABRUCIO e COUTO, 1996, p. 40).

Em função dessa nova realidade constitucional, mas não unicamente, as cidades começam a desenvolver autonomia, impulsionadas também por um alternativo posicionamento ideológico. Tarso Genro (1997, p. 28) defende que as administrações municipais, ao buscar soluções inéditas e inovadoras, aumentam suas chances de governabilidade das cidades, evitando uma tradição do modelo político e social brasileiro que é o "de os municípios estarem sempre de 'chapéu na mão' em relação ao governo do Estado ou a Brasília".

Na área social, os gastos com educação e saúde aumentaram significativamente. Para suprir financeiramente essa necessidade, "os municípios precisam modificar sua estrutura administrativa e recapacitar-se financeiramente". (ABRUCIO e COUTO, 1996, p. 41).

Essa nova expectativa em relação à atuação das administrações municipais exige mudanças na estrutura fiscal, demandando que os municípios adotem uma "política de responsabilidade fiscal, elevando sua arrecadação própria". (ABRUCIO e COUTO, 1996, p. 41), em função da crise do Estado central que impossibilita aos governos municipais recorrerem ao governo central. Também devem os municípios estar atentos para o "estímulo ao desenvolvimento econômico local", promovendo constantes parcerias com a iniciativa privada, criando "uma nova relação entre o Estado e o setor privado"(ABRUCIO e COUTO, 1996, p. 46).

A identificação das cidades como o maior vetor para o combate à pobreza e à exclusão social tem sido pontuado por organismos internacionais, segundo Bava (1996, p. 53), afirmando que por meio do aumento da

descentralização, com um incremento na participação da sociedade civil e com a busca de boas práticas de administração municipal, abandonando o assistencialismo, os municípios podem adotar "programas de geração de emprego e renda, ações de solidariedade no combate à fome, investimentos em infra-estrutura urbana, etc.".

O desenvolvimento local é apontado como "uma possível resposta ao aprofundamento da dualização e da exclusão social no país" (BAVA, 1996, p. 58), sendo este um projeto que pode criar a possibilidade de, "articular, a partir de iniciativas dos governos locais, um conjunto heterogêneo de forças sociais locais em torno de um projeto comum e, (...) de direcionar essa energia para o aproveitamento das oportunidades locais (...), estimulando uma série de iniciativas que abram novas oportunidades de trabalho, distribuição de renda e mercado".

Embora a defesa do fortalecimento do nível municipal ainda esteja sendo feita por governos chamados "progressistas", mesmo nos governos conservadores e tradicionais existe a preocupação de fazer um nível de governo mais próximo do cidadão.

A expansão do uso da tecnologia da informação nas administrações municipais pode se tornar extremamente excludente com a expansão do oferecimento de serviços por meio da Internet, sem o correspondente esforço de formulação e implementação de políticas de inclusão digital. A política de inclusão digital municipal não deve premiar somente os indivíduos, mas também as organizações locais da sociedade civil. Neste contexto de proximidade entre a administração municipal e o cidadão, o município institucionalizando políticas de inclusão digital e incentivando sua execução junto às organizações da sociedade civil pode obter maior sucesso, bem como a perenidade de suas iniciativas.

3.1 NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Nos anos 90, o tema da reforma do Estado adquiriu centralidade na agenda pública brasileira. Com o Presidente Fernando Collor se iniciou uma nova estratégia de desenvolvimento para o país. “A privatização, a liberalização comercial e a abertura da economia, tiveram eficácia no desmonte dos alicerces da antiga ordem, de tal forma que qualquer perspectiva de retorno ao passado torna-se anacrônica”. (DINIZ, 2001, p. 13).

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a “partir de reformas constitucionais, iniciou-se um processo de desconstrução legal e institucional, que abriu o caminho para a reestruturação da ordem econômica e, sobretudo, para a refundação do Estado e da sociedade de acordo com os novos parâmetros consagrados internacionalmente”. (DINIZ, 2001, p. 13).

A “globalização não tem apenas efeitos unívocos na direção da modernidade, trazendo também conseqüências altamente desorganizadoras e desestruturadoras. Há um movimento oposto à integração, que opera no sentido da fragmentação, da segmentação e da exclusão”. (DINIZ, 2001, p. 14).

As práticas de gestão pública no Brasil recente dividem-se em: até antes da promulgação da Constituição de 1988, onde “a estrutura federativa do Estado Brasileiro estava composta de um componente federal extremamente forte, atuando em todos os campos; um estadual mais fraco, mas com amplas superposições com o federal; um municipal com estrutura financeira frágil e atribuições bastante restritas”, e após a promulgação da nova Constituição, onde “ocorreu uma nova repartição de receitas e atribuições, na qual coube aos governos estaduais e municipais a maior parte das ações de prestação de serviço direto à população”. (SOUZA, 2003, p. 2).

Esta nova distribuição de competências leva as administrações municipais a criar quadros qualificados tanto para a formulação de políticas públicas quanto para sua implementação e avaliação. Segundo Souza (1994, p. 152), os Gestores Governamentais foram concebidos como “elementos estratégicos de um amplo processo de reforma administrativa que visava corrigir inúmeras disfunções do aparelho estatal, como: a rigidez do aparato público que não se adaptou aos tempos de crise e incertezas; as deficiências relacionadas à capacidade de gestão e capacidade técnica para a elaboração, implementação e avaliação de políticas

públicas; o baixo nível de articulação governamental; a distância entre o aparato burocrático e a sociedade, principalmente por falta de mecanismos de participação do cidadão, exigência básica dos processos democráticos; a falta de uma política de pessoal que proporcionasse a valorização, o incentivo e a qualificação do servidor público.”

O Brasil possui duas experiências anteriores de reforma do aparelho estatal efetivadas sob regimes fortemente autoritários. Getúlio Vargas (1930-1945) providenciou a primeira à frente de uma ampla coalizão comprometida com um projeto modernizante que culminou com a ditadura estadonovista, e a segunda efetuada pelo primeiro governo do Ciclo Militar (1964-1985), seguindo o padrão anterior. Nas duas reformas, o esforço reformador estava relacionado à dimensão administrativa do Estado, envolvendo questões relativas ao grau de centralização da máquina burocrática, à hierarquia entre as várias unidades integrantes do aparelho estatal, à articulação entre as diversas agências do poder Executivo, à definição dos órgãos normativos e fiscalizadores ou, ainda, à classificação de cargos e carreiras. “Não se verificou uma preocupação com o aperfeiçoamento dos demais poderes e, sobretudo, com a questão fundamental num regime constitucional, qual seja, a articulação e o equilíbrio entre os três poderes, atribuindo-se ao Executivo e às agências administrativas um amplo espectro de prerrogativas no que concerne à formulação e implementação de políticas públicas”. (DINIZ, 2001, p. 17). O período democrático brasileiro é marcado pela tendência à centralidade da burocracia governamental em face dos partidos e do Poder Legislativo.

O “debilitamento da dimensão legal do Estado pelo alto grau de instabilidade do marco jurídico, culminando com o reforço da chamada cultura do casuísmo” se implantou com o Regime Militar em 1964. Este tipo de gestão “notabilizou-se pelo desrespeito sistemático à ordem legal constituída, tornando-se recorrentes os atos arbitrários de mudança brusca das leis, sempre que esse recurso parecia conveniente aos interesses das forças que detinham o controle do poder”. (DINIZ, 2001, p. 17).

Na contemporaneidade, Farah (1998, p. 23-25) identifica nos governos subnacionais dois eixos principais de políticas promovidas: “1) novas políticas sociais; 2) novas formas de gestão, novos processos decisórios e novas formas de provisão de serviços públicos”. No primeiro eixo, as novas políticas premiam a tendência de inovação por meio de mudanças sobre a natureza dos

serviços prestados, com repercussões sobre a própria política. Afirma que é possível identificar uma série de “procedimentos inovativos no tocante à percepção da especificidade da clientela”; também a “ampliação do espaço da cidadania com programas direcionados a populações normalmente não-atendidas pelo setor público”, tais como, mulheres, idosos, deficientes e comunidade negra; e “programas de geração de emprego e renda e de desenvolvimento local, o que expressa um deslocamento apreciável do raio de ação dos governos locais de prestadores de serviços urbanos clássicos ou de políticas sociais tradicionais, para formuladores e implementadores de políticas voltadas para a geração de emprego e renda”.

No segundo eixo de mudança, que diz respeito às novas formas de gestão, o autor informa a existência de algumas tendências de inovação, sendo a primeira delas a mudança na “relação entre Estado e Sociedade Civil com a inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas representada pela participação de entidades da sociedade civil nas políticas públicas”. Esta participação popular pode ser percebida nas mais diversas áreas: educação, saúde, habitação e desenvolvimento urbano, gestão e planejamento. Ainda nesta tendência, FARAH “aponta a informação ao cidadão como um outro eixo de alteração na relação Estado-cidadão, rompendo com as dificuldades de acesso a informações básicas sobre direitos dos cidadãos e os próprios serviços”.

A partir da hegemonia do pensamento neoliberal surgiu a “primazia do paradigma tecnocrático, segundo o qual, independentemente do regime político em vigor, eficiência governamental seria a resultante de um processo de concentração, centralização e fechamento do processo decisório, sendo a eficácia de gestão reduzida à noção de insulamento burocrático” (DINIZ, 2001, p. 17). A partir deste paradigma, preservar a “racionalidade burocrática implicaria a meta de neutralizar a política e reforçar a autonomia decisória de elites enclausuradas na cúpula burocrática”. (DINIZ, 2001, p. 17).

Quando fala em reforma do Estado, Diniz (2001, p. 18) afirma que:

“esta reforma requer uma ruptura com o paradigma ainda dominante nos estudos desta área. Para tanto, impõe-se considerar os aportes da teoria democrática contemporânea. Não basta mais e mais concentração do poder técnico. É preciso levar em conta a dimensão política da reforma do Estado e não apenas seus aspectos técnicos, administrativos, fiscais e financeiros”.

Diversos autores, quando discorrem sobre modelos e compromissos sociais na gestão pública municipal brasileira, citam padrões de gestão que existiram e continuam a existir em diversos contextos sociais e períodos históricos. Defendem que em alguns casos vários padrões se entrecruzam e convivem desde o passado até os dias de hoje (BRESSER PEREIRA, 1997; DINIZ, 1997; FREY, 1996; JACOBI, 1983; KISSLER e HEIDEMANN, 2006).

Ao discorrer sobre padrões de gestão existentes no Brasil Samira Kauchakje (2002) informa que entre tantos, existe um que faz parte da própria história brasileira, é o patrimonialista. Uma gestão caracterizada pela privatização das esferas do Estado, no sentido do privilégio na direção da política e também na alocação de recursos oriundos do Estado, de acordo com interesses particularizados. No Brasil, a gestão patrimonial se iniciou na época colonial e, em muitos casos, ainda não se desfez por completo, mesmo tendo sido buscada sua erradicação com as reformas de Getúlio Vargas e do Regime Militar. Defende que a gestão burocrático-tecnocrática persegue uma independência das decisões políticas, fundamentando suas decisões nos princípios norteadores da racionalidade, neutralidade e objetividade.

A gestão burocrática teve grande relevância desde a Revolução Industrial ao substituir o governo das famílias reais e da nobreza por uma administração baseada na impessoalidade, profissionalismo e racionalidade técnica. (OSBORNE e GAEBLER, 1995, p. 13). No entanto, conforme outros autores, a administração pública depreciou seus princípios ao buscar na própria burocracia apenas “um fim em si mesma”, mediante o carreirismo e o corporativismo, tendo sido objeto de crítica social e política, a ponto de se tornar sinônimo de um “governo lento, ineficiente e impessoal” (OSBORNE e GAEBLER, 1995, p. 13), pouco sensível aos problemas reais da comunidade.

O Estado, ao reconhecer seus limites fiscais e de endividamento, teve que selecionar as atividades a desempenhar a partir dessa realidade. Por sua vez os cidadãos cientes dessa nova realidade, com desconfiança diante das ineficiências da administração pública, se “recusam a pagar altos impostos por serviços cujos preços disparam, enquanto a qualidade despenca; [...] uma frustração crescente entre os contribuintes é não saber exatamente o que estão recebendo pelo dinheiro que investem”, foi o que constataram Osborne e Gaebler (1995, p. 152), nos Estados Unidos da América.

Com o crescente endividamento do Estado e com o fortalecimento da ideologia neoliberal, a gestão gerencial apareceu para a gestão pública como uma possibilidade de se buscar eficiência no manejo da coisa pública, conceito de eficiência utilizado pela administração privada. O final do século XX foi marcado pela discussão dessa ideologia, na qual se questiona a eficiência do Estado, a legitimidade da força do mercado, as possibilidades de consumo e a responsabilidade do Estado diante da questão social. Essa gestão traz propostas de transfiguração do cidadão em cliente, da retirada do Estado da produção mediante privatizações, do estabelecimento de parcerias com a sociedade civil para a gestão de tarefas antes consideradas típicas do Estado, entre outros elementos típicos da administração de uma empresa privada.

A postura do Governo Empreendedor prega uma administração voltada para o cidadão como cliente, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia, com ética e transparência, na gestão dos recursos públicos com responsabilidade fiscal. Em sua síntese, busca o resultado, legitimado pela avaliação de uma sociedade que controlaria a eficiência e a eficácia da gestão pública em função da transparência.

Este governo, conforme seu defensor, caracteriza-se como um governo que “pertence à comunidade, dando responsabilidade ao cidadão em vez de servi-lo” (OSBORNE e GAEBLER, 1995, p. 51-54), sendo sua atuação voltada a atender aos interesses dos cidadãos como clientes.

No Brasil, os critérios do governo empreendedor foram desenvolvidos na década de 90 e constituíram um dos fundamentos da política do governo federal do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, bem como de alguns Estados da União, buscando entregar à sociedade e à iniciativa privada tarefas que tradicionalmente são desempenhadas pelo setor público, por meio de privatizações, terceirizações e Contratos de Gestão. (JOHNSON et al., 1996, p. 127-132).

Os contratos de gestão expressam compromissos reciprocamente assumidos entre o governo e suas entidades, mediante cláusulas contendo “objetivos, metas, indicadores de produtividade, prazos para a consecução das metas estabelecidas e para a vigência do contrato, critérios de avaliação de desempenho, condições para a revisão, renovação, suspensão e rescisão, e penalidades para os administradores”. (JOHNSON et al., 1996, p. 128-129).

Na década de 90, época de intensas e rápidas mudanças sociais, principalmente ocasionadas pela ascensão do Neoliberalismo, a abordagem gerencial da administração pública, a necessidade de enxugamento do Estado e a utilização de instrumentos de gerência empresarial para o setor público, adquiriram notoriedade.

Nesse contexto histórico, surgiram dois projetos políticos no Brasil, que contavam com modelos de administração pública alternativos ao modelo burocrático, estando em constante disputa. O primeiro, defendido principalmente pelo então Ministro da Administração Luís Carlos Bresser Pereira, foi inspirado no modelo gerencial, aceito pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso; o segundo, tinha como principal referencial a vertente ético-política (CHAUÍ, 1982, p.18), buscando experiências alternativas de gestão pública, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo e tendo suas raízes no ideário das mobilizações populares pela efetiva democratização do país, lastreado em movimentos sociais, em alguns partidos políticos, algumas organizações não-governamentais e uns poucos líderes políticos nacionais do campo da esquerda.

Ambos os projetos se opõem ao estilo burocrático de gestão e afirmam estar buscando a ampliação da democracia no país.

O gerencialismo floresceu na década de 80, sob o manto dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, buscando dentro da lógica do neoliberalismo a hegemonia do privado em detrimento do público, sendo considerado mais eficiente na alocação de recursos em prol da sociedade. Nessa época, o governo inglês procurou transformar a cultura e a psicologia de duas gerações com o intuito de modificar os níveis de produtividade, da política, do governo, das artes e das ciências, bem como a vida privada dos ingleses. (BALL, 2005, p. 2-4).

A Reforma Gerencial no Brasil foi um desdobramento do ajuste estrutural da economia brasileira, que teve início com a adesão do governo Collor às recomendações do Consenso de Washington para enfrentamento da crise latino-americana.

Nestes mesmos anos 90, após algumas experiências concretas de ajuste estrutural, cresceram as críticas ao movimento neoliberal, que apontavam principalmente para sua tendência de realizar um desmonte indiscriminado do Estado, atingindo inclusive as políticas sociais. (SANTOS, 1999, p. 7-16).

Bresser Pereira (1998b) defendia que os principais objetivos da administração pública gerencial eram: melhorar as decisões estratégicas do governo e da burocracia; promover o bom funcionamento dos mercados, garantindo a propriedade e o contrato; obedecer aos fundamentos macroeconômicos de forma estável e promover efetivamente o capital humano; desenvolver a tecnologia e o comércio exterior; garantir a autonomia e a capacitação gerencial do administrador público e assegurar a democracia por meio de prestação de serviços públicos orientados para o “cidadão-cliente” e controlados pela sociedade.

O autor continuava defendendo que para alcançar esses objetivos, o novo modelo de gestão deveria ser uma referência para os três níveis governamentais – federal, estadual e municipal - devendo apresentar as seguintes características: administração profissional, autônoma e organizada em carreiras; indicadores de desempenho transparentes; maior controle dos resultados; disciplina e parcimônia no uso dos recursos; descentralização administrativa; maior competição entre as unidades administrativas e ênfase no uso de práticas de gestão originadas no setor privado.

Para Bresser Pereira (1998a, p. 206), a reforma gerencial mostrou-se democrática porque foi debatida durante três anos no Congresso Nacional, independentemente da opinião pública ter uma “ [...] noção vaga do que é a reforma gerencial [...] apoiou a mudança de forma inequívoca [...]” manifestando “[...] seu desejo de ter um Estado mais moderno, ou mais concretamente, ver os serviços por ele prestados serem realizados de forma mais eficiente”.

O referido autor (1998b) alegava que, apesar do modelo ter sido original para a Inglaterra e para os Estados Unidos, teria sido criticamente adaptado ao Brasil. Nesse contexto, a orientação política ou democrática teria humanizado a escolha racional, pois os administradores públicos não seriam motivados por interesses egoístas, mas interesses públicos.

Para ele, a administração pública gerencial é democrática por que: utilizou uma adaptação crítica ao Brasil contemplando, de forma equilibrada, nossas necessidades de mudanças na gestão do Estado e no controle social de suas decisões e ações; premiou a diversificação de controles sociais da burocracia pública preservando o interesse público, pois manteve os burocratas em contato com a sociedade, favorecendo o equilíbrio entre técnica e política; o modelo pós-burocrático de organização veio a flexibilizar o aparelho do Estado, tornando-o mais

eficiente na prestação de serviços e mais receptivo à participação popular e; finalmente, a esfera pública não-estatal viabilizou a participação representativa e direta dos cidadãos na concepção e fiscalização das decisões públicas.

No modelo democrático-participativo se procura o apoio da população por meio do envolvimento da sociedade civil organizada e dos cidadãos tanto na formulação, como na implementação de políticas e projetos públicos.

Frey (2006, p. 6) defende que:

“enquanto o modelo gerencial visa isolar o gestor público das pressões oriundas da sociedade, o modelo democrático-participativo requer novas habilidades do gestor público, sobretudo em relação à articulação e à cooperação com os mais variados atores políticos e sociais. No modelo gerencial, o gestor público é avaliado conforme sua capacidade de alcançar as metas estabelecidas pelo sistema de decisão política. Já no modelo democrático-participativo ganha relevância o próprio processo da gestão urbana, particularmente no que diz respeito ao seu caráter democrático, ao apoio popular alcançado e ao engajamento cívico almejado”.

A gestão democrático-participativa se opõe aos demais modelos que levariam a uma democracia derradeiramente formal. Em uma democracia formal, o poder, geralmente, não está socializado com quem o outorgou, mas acaba sendo exercido somente pelos que chegaram ao poder por meio das eleições.

Nas eleições locais, as estratégias mais comuns de busca de uma maior participação democrática passam pelo conflito e pelo confronto com o poder econômico, político e social já estabelecido na cidade. Esse confronto busca quebrar a hegemonia exercida pelos atores detentores deste poder.

Para Frey (2003, p. 6-7), o novo paradigma da gestão em rede permite uma análise das transformações do setor público no âmbito da emergente sociedade em rede. Continua afirmando que diante de:

“novas potencialidades relacionadas à ampliação dos atores sociais envolvidos na gestão da coisa pública, a literatura sobre gestão pública vem crescentemente enfatizando o tema de governança, salientando novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas, particularmente a necessidade de mobilizar todo conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da *performance* administrativa e da democratização dos processos decisórios locais. De acordo com a concepção de governança urbana, a melhoria da qualidade de vida nas cidades não é negócio exclusivo de governo, mas tarefa e responsabilidade compartilhada entre todas as organizações e cidadãos que constituem o tecido institucional e social da cidade”.

A criação de redes e as parcerias público-privadas são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado e são essenciais para a abordagem da governança. “Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente”. (STOKER, 2000, p. 93, apud FREY, 2003, p. 7).

Entre os diversos conceitos de governança, as redes sociais e informacionais ganham força como base estrutural de qualquer sistema de cooperação público-privada na nova sociedade da informação. (FREY, 2003, p.8).

Análise dos tipos de governança pode ser efetuada por um conjunto de fatores inovadores, como o incentivo à formação de parcerias público-privadas; a promoção de uma administração baseada na descentralização administrativa, buscando autonomia, agilidade e eficiência; a formação de redes propicia uma ampliação dos atores na administração municipal; a disponibilização de canais de comunicação que propiciem uma interatividade com a sociedade; a gestão por indicadores que visa mensurar a *performance* dos programas que estão em andamento; a adoção da participação popular da sociedade civil como princípio norteador da administração pública; e apoio ao empreendedorismo.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS – PODER LOCAL

Um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos — Habitat II (BRASIL, 1996b, p. 2-37), realizada no ano de 1996, na cidade de Istambul, foi o reconhecimento do poder local como um sujeito de direito internacional ao lado dos Estados Nacionais e dos cidadãos.

Dessa forma, o poder local, agora inserido dentro do processo de globalização, está sendo reconhecido e ressaltado pela comunidade internacional como ator importante, que pode vir a alcançar o efetivo respeito aos direitos da pessoa humana. (DOWBOR, 1995, p. 13).

Prega-se o fortalecimento do papel do poder local para o necessário enfrentamento dos problemas urbanos, tais como: desemprego, exclusão social e

degradação ambiental. Busca-se o envolvimento das administrações municipais na promoção de desenvolvimento de modo sustentável para as cidades.

Muitos países, incluindo o Brasil, assumiram nessa Conferência, por meio da Declaração de Istambul e da Agenda Habitat, o compromisso de fortalecimento do poder local. Esse fortalecimento deve atender a um plano estratégico e o instrumento de referência proposto para esta tarefa é a construção de Agendas Locais como a Agenda 21 Local. (BRASIL, 1996b, p. 1-28).

Como exemplo, pode-se citar o parágrafo 12 da Declaração de Istambul, que afirma a importância do poder local, ao reconhecer que os governos locais são os parceiros essenciais para colocar em prática a Agenda Habitat. O parágrafo 198 da Agenda Habitat adota o princípio da cooperação descentralizada nos campos da cooperação internacional, buscando novas formas de parceria e cooperação, envolvendo organizações da sociedade civil, setor privado e governos locais. Quando o referido texto fala em fortalecer o poder local inclui a capacitação e habilitação dos governos locais e a sociedade civil em geral, para o exercício das funções de planejamento e gestão dos chamados assentamentos humanos.

Já a necessidade da participação popular é reconhecida no parágrafo 179 desta agenda, cabendo ao poder local observar os princípios da responsabilidade, transparência, bem como da participação popular, cabendo, principalmente, aos governos locais garantir para todos os membros da comunidade o direito de participar ativamente das discussões e decisões sobre os assuntos locais.

Atores locais, especialmente os integrantes de movimentos sociais e das associações populares devem ser reconhecidos como interlocutores significativos e seu espaço permanente de participação democrática deve ser preservado para as ações de cidadania e participação popular. A Agenda Habitat reconhece a necessidade de desenvolver a educação para a cidadania e destaca o papel dos indivíduos como atores políticos de suas localidades. Ressalta a necessidade de institucionalizar a participação comunitária mediante mecanismos de consulta, na tomada de decisões nos processos de gestão em nível local; e de reforçar a capacidade dos governos locais para efetivar a participação dos setores privados e comunitários na definição das políticas, na fixação dos objetivos e prioridades locais e no desenvolvimento econômico local.

No Brasil, após a Constituição Federal de 1988, houve o estabelecimento de uma nova organização política do Estado. O município passa a ser um dos membros da Federação ao lado da União, Estados e do Distrito Federal. Dessa forma, alcançou uma maior capacidade política e econômica, podendo promover políticas públicas em parceria com os Estados e com a União. (ALMEIDA e CARNEIRO, 2003, p. 124-127).

É de responsabilidade do poder local identificar e reconhecer a existência de desigualdades econômicas e sociais e da diversidade cultural entre as muitas classes sociais urbanas presentes em sua cidade, bem como constituir ações e políticas integradoras que contenham tratamentos específicos ou especiais em razão da condição física, sexual, racial, étnica, econômica, social e cultural das pessoas, grupos sociais e comunidades. (ALMEIDA e CARNEIRO, 2003, p. 139).

De forma análoga, tratando-se de comunidades, onde existem inerentes conflitos de interesse, o desenvolvimento das políticas públicas deve visualizar a diversidade de atores sociais com pensamentos divergentes, sendo fundamental que sejam simultaneamente respeitados os direitos à igualdade e à diferença.

Sonia Fleury (2003, p. 92) defende que iniciativas inovadoras de gestão pública local permitem aprofundar e consolidar a democracia e acredita na possibilidade de alterar a distribuição de poder na sociedade, pela transformação do que chama de “direitos em princípio” para “direitos na prática”. Identifica a atuação positiva dos governantes como elemento essencial para aumentar as capacidades e os recursos dos setores marginalizados para o jogo político, pelo menos para que tenham condições menos desvantajosas. No contexto de produção globalizada e de ajuste estrutural, defende que se torna “necessário analisar as tendências mais recentes das reformas sociais em relação ao dilema da compatibilidade entre eficiência e equidade”.

No que diz respeito às possibilidades de intervenção do cidadão, em face da transformação social, DOWBOR (1995, p. 37-72) defende que até um passado recente esta se dava por meio de dois eixos fundamentais: o eixo político-partidário e o eixo sindical-trabalhista.

O político-partidário tem como instrumento central a eleição de representantes para os diversos níveis de governo e o sindical-trabalhista é baseado nas negociações com os empregadores, tendo como palco a empresa.

Um terceiro eixo que surge com força tem como instrumento a organização comunitária e como espaço de ação o bairro, o município, o chamado "espaço local" ou "espaço de vida".

Dowbor (1995, p. 68) afirma que, na verdade, existe um grande ceticismo quanto à importância estratégica dos mecanismos participativos no nível local. Ainda é comum a visão de que a organização comunitária que luta por uma casa de saúde ou pela canalização de um córrego acaba por desaparecer tão logo tenha obtido sucesso na sua reivindicação.

Todavia, “esta visão está evoluindo gradualmente para a compreensão de que as comunidades estão simplesmente aprendendo a participar da organização do seu espaço de vida, e de que o processo está mudando profundamente a forma como nos organizamos como sociedade”. (DOWBOR, 1995, p. 68).

Ao institucionalizar suas ações por meio da formulação de políticas públicas, o governo passa para uma posição de investidor do dinheiro que é do contribuinte, tendo uma importância política fundamental, que é de ordem democrática. Sendo uma política pública, o governo gasta, mas deve prestar contas à sociedade pelo uso de recursos que são públicos. Para o cidadão se abre uma possibilidade de avaliação que permite o controle social sobre o uso desses recursos da sociedade.

Possuindo um controle social maior sobre a formulação das políticas públicas e alocação dos recursos existentes abre-se a possibilidade de um emprego mais eficiente destas disponibilidades, implicando, na prática, em uma maximização de resultados. Da mesma forma, uma outra consequência natural é o atendimento a um maior número de beneficiários com o mesmo volume de recursos e a continuidade dos programas premiados pelas políticas públicas.

A partir da democratização e, sobretudo, da Constituição de 1988, intensificam-se as iniciativas de governos municipais, que ampliam significativamente sua ação no campo das políticas sociais, promovendo, ainda, programas voltados ao desenvolvimento local.

Defende Farah (1999, p. 16-17) que ao “lado da crescente importância da ação no campo das políticas sociais, alguns municípios passam a promover também programas de desenvolvimento local, ampliando ainda mais a agenda municipal nos anos 90”. Alerta que o deslocamento das iniciativas políticas

para as esferas subnacionais não ocorre de forma homogênea em todo o país, estando bastante variada a capacitação municipal para fazer frente a estes novos desafios.

Esta heterogeneidade indica a necessidade “de se preservarem políticas de coordenação em níveis mais abrangentes de governo, que minimizem desigualdades e garantam a busca de projetos regionais e de um projeto nacional”.

Uma mudança significativa nas políticas sociais, implementadas por governos locais, consiste na promoção de ações integradas, dirigidas a um mesmo público-alvo. Atualmente, diversos programas municipais adotam esta abordagem. (FARAH, 1999, p. 17).

O aumento da participação política, nas administrações locais, pode ser obtido pela ampliação da liberdade de expressão, do acesso à informação e do diálogo e interatividade por meio das comunidades virtuais. Os usuários da Internet, pela facilidade de informação estão mais atualizados, em muitos casos se mostram politicamente mais mobilizados e socialmente mais integrados aos acontecimentos do que os cidadãos que não utilizam a rede. A prática do diálogo nas comunidades virtuais habituará os cidadãos à discussão e à deliberação pública. Lévy (1999, p.187) chega ao ponto de afirmar que ao se tornar possível aos governos adotarem o referendo popular em larga escala, não existirão mais obstáculos para a realização de democracia direta como instituição permanente.

As TICs podem dar uma contribuição importante para o atingimento dos objetivos de uma participação mais ativa da sociedade na administração municipal. A disponibilização de meios de acesso às TICs é o início de um caminho para possibilitar, à população, a universalização do acesso à sociedade da informação. Com a universalização do acesso é possível acreditar em uma transição para um processo de participação popular efetiva na administração pública municipal por meio dessa inovadora tecnologia.

4. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E SUA GESTÃO

O fundamento das políticas de inclusão digital no Brasil pode ser obtido da Constituição Federal de 1988, que no título “DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO”, em seu art. 23, estabelece:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II – cuidar da saúde, da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; [...] V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; [...] X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; [...] Parágrafo único: Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”. (BRASIL, 1988, p. 15).

Este artigo da Constituição traz, de forma cristalina, a responsabilidade dos três níveis da Federação, não somente em implementar medidas de redução ou alívio da pobreza, mas em adotar e perseguir políticas efetivas que combatam as causas que a provocam, assim como os fatores que favorecem a marginalização, aliando a isso o dever de promover a integração social dos setores desfavorecidos. Ressalte-se que o parágrafo único invoca a cooperação entre todos os níveis da federação, e mesmo não sendo declarado explicitamente é possível inferir que estão incluídas as políticas de promoção das TICs para as populações mais desprivilegiadas como meio de buscar o equilíbrio do direito e do bem-estar social em âmbito nacional, no atual contexto da sociedade da informação.

4.1 CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES

A partir da redação do texto constitucional é possível identificar a preocupação do legislador com a associação da exclusão social com a pobreza nas relações existentes na sociedade brasileira, e sendo o Estado o mediador natural dessas relações, segue-se, logicamente, que o Estado deve desempenhar papel

fundamental na busca pela minimização das desigualdades, sejam de ordem econômica, social ou política.

Na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em Genebra, no ano de 2003, os representantes da sociedade civil pautaram a demanda por uma “sociedade da informação a ser construída em bases sociais integradoras, representativas e colaborativas”. (CABRAL, 2006, p. 6).

O governo brasileiro criou, em 2003, o Grupo Interministerial de Trabalho para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores, incluindo representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia; das Comunicações; da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; da Cultura; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; da Assistência Social; da Saúde; da Justiça; da Casa Civil da Presidência da República; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

O Grupo defendeu a tese de que a Internet se mostrava como um novo canal de diálogo entre Governo e cidadãos, não sendo um mero espaço de comércio eletrônico, mas uma “plataforma para a implementação de políticas públicas em todas as áreas”. (CABRAL, 2006, p. 6).

O representante do governo brasileiro para esta Cúpula admitiu a exclusão digital como uma nova forma de exclusão social, afirmando que, “na medida em que provoca muitas desigualdades, o governo brasileiro transformou a inclusão digital em política pública”. (CABRAL, 2006, p. 10).

Segundo Cabral (2006, p.11), os programas oficiais e das ONGs, muitas vezes enfrentam a exclusão digital de modo incompleto, privilegiando, geralmente, um possível aumento da empregabilidade, outras vezes dando ênfase para uma participação democrática meramente formal, não atingindo completamente o objetivo de inclusão social. Agindo dessa maneira, certamente não atinge a dimensão central do fenômeno que é o aumento da auto-estima e do sentimento de pertencimento a um grupo social organizado. A inclusão digital somente se torna plena quando, por meio da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem, além de emprego, renda e moradia, também educação, esclarecimento, participação na administração, e acesso às facilidades culturais e serviços sociais. (CALDART, 2000, p. 1).

Apresenta-se para o Brasil, neste momento, e aí incluídos todos os municípios, uma democracia caracterizada como poliarquia (DAHL, 1997), sendo que, uma de suas características é um mercado eleitoral altamente competitivo. As plataformas políticas propaladas pelos candidatos, necessitando de uma diferenciação qualitativa, tentam mostrar uma estratégia de diferenciação de seus futuros governos, se eleitos. Neste ponto, a inclusão digital se torna, muitas vezes, uma estratégia destinada a criar vantagens competitivas para o governante no poder, com vistas a assegurar a manutenção do poder.

A redemocratização do Brasil trouxe para o panorama político os partidos de esquerda e/ou centro-esquerda para a prática política. Existem programas inovadores que objetivam marcar diferenças ideológicas bem-pronunciadas. Com seus pressupostos ideológicos, os partidos de esquerda, quando no governo, buscam uma diferenciação, uma mudança, e que esta mudança demonstre o conteúdo ideológico diferenciado dos partidos conservadores.

Como a competição, em qualquer área de atuação humana, sempre exige uma reação dos adversários, na competição política não é diferente, e os partidos de centro-esquerda e da direita apresentam também políticas de inclusão digital, porém, com ênfase diferenciada.

Infelizmente, embutidos na competição pela preferência do eleitorado, também os programas de inclusão digital são formulados pelos governantes recém-eleitos com modificações, muitas vezes substanciais, evitando o sentimento, ainda muito forte, de passar um atestado público de competência ao governo antecessor, surgindo, deste modo, a descontinuidade dos programas.

Com uma política de inclusão digital, o partido cria uma imagem de governo ativo, moderno e sintonizado com as necessidades e os anseios da população. Quando não adotam programas de inclusão digital, cresce o receio de que seu governo possa ser visto com retrógrado, sem compromisso com o futuro e com as futuras gerações.

Silveira (2005, p. 2) acredita que no Brasil a inclusão digital não é ainda uma política pública. Defende que esta precisa adquirir o status que obteve a saúde e a educação. Alerta que ainda não há uma consciência de que a inclusão digital é um elemento fundamental para o desenvolvimento das potencialidades não só econômicas, mas sociais e culturais do país. Apesar de a inclusão digital ter

virado, de certa forma, mote de discurso político, não temos ainda estruturas suficientes para trabalhar a inclusão digital de forma permanente.

José Marques de Melo (2002, p.42) elencou uma série de impasses a serem superados para o enfrentamento do chamado 'apartheid digital', dentre os quais vale ressaltar a reciclagem e a renovação de recursos humanos e a produção de conhecimento socialmente relevante. É preciso, portanto, conhecer para ser informado e incluído. Tomar por base um conceito de inclusão digital que parte da conscientização do incluído, implica em necessariamente implementar políticas de integração que sejam facilmente assimiladas e socialmente construídas.

Duas diferentes trajetórias para um entendimento mais qualificado, no sentido de um maior engajamento da sociedade civil, podem se encontrar numa perspectiva comum: a inclusão digital entendida como um aspecto da inclusão social e as demandas específicas no campo comunicacional para a promoção da inclusão digital. (CABRAL, 2006, p. 6).

Amadeu da Silveira (2001, p. 21), no seu livro "Exclusão digital: a miséria na era da informação", lista alguns modelos de Telecentros já implementados à época no Brasil: o Sampa.org, criado pelo Instituto Florestan Fernandes, uma ONG da cidade de São Paulo; e o CDI, que pertence a uma ONG que atua na cidade de São Paulo e entornos; o Farol do Saber e Digitando o Futuro, da Prefeitura de Curitiba e o e-cidadania, da Prefeitura de São Paulo. Para Amadeu, a infoinclusão é estratégica porque "é preciso inserir as pessoas no dilúvio informacional das redes e orientá-las sobre como obter conhecimento". Segundo ele, a pobreza será reduzida pela "construção de coletivos sociais inteligentes, capazes de qualificar as pessoas para a nova economia e para as novas formas de sociabilidade, permitindo que se utilizem das ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida" (SILVEIRA, 2001, p. 22).

Os programas de inclusão digital devem premiar aqueles que proporcionarão um envolvimento mais pleno com o ambiente informacional. Além de professores, os chamados facilitadores também devem ser capacitados. Os facilitadores são pessoas que possuem a disposição de compartilhar o seu conhecimento de acesso com a população, utilizando novos programas, novos recursos de compartilhamento. Já os capacitadores são aqueles que apresentam o ambiente digital e virtual em suas potencialidades de aproveitamento, de modo

diretamente relacionado às realidades de cada cultura e de cada grupo, estabelecido de maneira territorial ou minimamente com um componente de identidade que os identifique. (SILVEIRA, 2001, p. 24-29).

Um ponto, também, bastante abrangente, diz respeito à interface entre homem e máquina. Não adianta apresentar um ambiente como determinante de um reordenamento espaço-temporal, como otimizador de muitas tarefas e necessidades que serão cada vez mais colocadas no cotidiano dos indivíduos, se as pessoas que efetivamente compõem uma das partes desse jogo interativo não se sentem animadas a participar. Uma série de fatores se impõe como desafio por parte dos desenvolvedores de equipamentos, programas e serviços, e se restringem a três aspectos básicos que são: “a acessibilidade – um suporte, dentre outras tarefas, que suprima toda a distância que separa a inicialização do sistema à apresentação de sua interface; a portabilidade, que facilite o transporte e respeite a relação do usuário com seu ambiente, seja em casa, no trabalho ou no lazer; e a amigabilidade, que é a capacidade de realizar tarefas longas e repetitivas de maneira automática, ou ainda facilitando a instalação e a utilização dos comandos” (CABRAL, 2006, p.4). Além disso, é imprescindível introduzir a Internet na cultura das organizações, na produção de seus conteúdos, na divulgação de seus informativos e da sua publicidade, na otimização de suas transações financeiras e do armazenamento de suas informações, bem como de sua socialização junto aos diferentes públicos.

SILVEIRA (2005, p. 3) afirma que política pública não é política de um partido só, é uma política que a sociedade considera importante. Essa é uma batalha cultural que tem que envolver o gestor público. Exemplifica com a situação da cidade de São Paulo, onde o projeto de inclusão digital existente continuou de uma gestão para a outra, porque estava institucionalizado junto ao Executivo Municipal; existiam convênios firmados com gestores, comunidades participando, etc. O autor acredita que não é muito simples fazer com que o gestor público entenda isso. Cita como exemplo contrário ao de São Paulo, o caso de Porto Alegre, onde em função de existirem vários Telecentros, geridos sem convênios institucionalizados, a nova administração primeiro parou o projeto, alegando irregularidades. “É mais fácil descontinuar se não há institucionalização”.

SILVEIRA (2005, p. 3-4) continua demonstrando sua preocupação com a continuidade do processo de inclusão digital nos municípios brasileiros, que

ainda possuem resquícios de uma política de governante, de partido e não de Estado. Bons programas são desativados por terem sido implementados por governos anteriores. Enfatiza que é necessário institucionalizar e colocar estes programas sob o controle da comunidade para que possa ser exercida uma pressão constante pela continuidade dos bons programas de governo, talvez possam ser chamados, no futuro, de programas de Estado. Conclui que a “educação digital, como qualquer outra forma de educação, não é possível ser concebida para uma gestão de governo e sim para, no mínimo, uma geração de pessoas”.

A participação dos municípios nas políticas públicas de inclusão digital é de fundamental importância para a otimização do uso dos recursos públicos, para a capacitação da comunidade na utilização das novas tecnologias e, principalmente, para a criação de uma cultura em Tecnologia da Informação no local. Está sempre presente, nas políticas públicas de inclusão digital, o problema da continuidade dessas políticas.

As concepções das políticas de inclusão digital propiciam, para a população menos favorecida de recursos e presença do Estado, o acesso e o contato com algum tipo de tecnologia, permitindo o convívio em uma estrutura social diferenciada; não para transformá-la em uma sociedade informatizada, mas na tentativa de diminuir a distância existente entre aqueles que detêm a informação, por possuírem acesso mais direto à tecnologia, e aqueles que se mantêm à sua margem. Essa condição pode ser entendida como o processo ou situação de participação como ator e beneficiário, em contextos de oportunidade de trabalho ou de distribuição da riqueza produzida ou, ainda, de políticas públicas. Sua negação, total ou parcial, configuraria um quadro de exclusão. (JESUS e MANCE, 2003, p. 149).

Cattani (2003, p. 130) afirma que “emancipar-se é livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito”. Emancipar-se na sociedade da informação é criar conhecimento e capacidade de modificar o estado atual de exclusão, para um novo estágio de desenvolvimento capaz de alterar as condições de vida nos aspectos sociais, culturais e econômicos.

Por isso, pretende-se, nesta dissertação, verificar de que forma as concepções das políticas de inclusão digital dos diferentes casos estudados contemplam os referenciais teóricos adotados.

4.2 ATORES E ARRANJOS INSTITUCIONAIS DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E SUAS ESTRATÉGIAS

Em praticamente todos os programas de inclusão digital está presente a questão da gestão democrática da administração pública municipal, porém, na maioria das vezes, citada apenas superficialmente. É aceitável que a população espere de uma administração pública, principalmente a municipal, que esta facilite o acesso aos bens normalmente direcionados a uma minoria, e que busque o ideal de construção de uma cultura de um relacionamento democrático e efetivo, entre o Estado e a sociedade civil.

As análises e os debates ocorridos na II Oficina de Inclusão Digital levaram à elaboração de um relatório que destaca, entre outros fatores: a necessidade de produção de uma política de comunicação pública que leve em conta a importância de ações de inclusão digital e uma política de fomento aos produtos de TICs produzidos no Brasil; um incremento nas possibilidades de incentivos fiscais; a produção de ações de inclusão digital envolvendo um universo maior de atores, produzindo instrumentos de coordenação e articulação entre as diferentes ações. (BRASIL, 2007a).

Quanto aos atores, o relatório emitido por esta oficina sugere que devem ser definidos segmentos prioritários da sociedade para a inclusão digital; que exista um monitoramento da execução das políticas públicas pela sociedade civil, bem como a participação de representantes desta em instâncias decisórias das políticas públicas; a construção conjunta de políticas públicas, estímulo e incentivo à troca de experiências das soluções locais; que as ações de inclusão digital sejam realizadas no âmbito local, buscando-se a articulação das políticas públicas pertinentes entre os governos federal, estadual e municipal; e, finalmente, a formação de parcerias para o melhor envolvimento da sociedade nos projetos de inclusão digital.

O relatório sugere que os arranjos institucionais devam promover o entendimento entre os atores sobre o que se pretende com a inclusão digital, estabelecendo papéis e pontos de integração das ações dos diversos atores, tais como governo, empresas, comunidade, universidades e organizações não-

governamentais. Frisa a necessidade de formalização da participação para despertar o interesse dos diversos atores. Cita como indispensável, para gerenciar a integração, a criação de subgrupos de acordo com interesses, definir processos e procedimentos de adesão e participação dos setores nos projetos e estimular a integração ao conhecimento gerado em projetos de inclusão digital. A busca da descentralização de atuação deve ser uma meta e, para isso, propõe a criação de um Fórum Nacional de Inclusão Digital, de fóruns regionais e locais sobre o tema e de um portal na Internet que possibilite a articulação das ações, o acesso a organizações e conhecimento de boas práticas e experiências, visando à otimização do uso dos recursos, evitando o desperdício e a superposição de objetivos.

É destacada no relatório, ainda, a necessidade de metodologias e práticas que permitam medir e avaliar os programas de inclusão digital, possibilitando a análise dos projetos e atividades que se desenvolvam vinculadas às ações de inclusão digital, sobretudo no impacto sobre o desenvolvimento das comunidades. Desenvolver ações para articular e capacitar os vários atores envolvidos na coleta e interpretação de dados relacionados às TICs, envolvendo a comunidade como parceira na montagem dos projetos, na pesquisa, na validação e no redesenho. A comunidade, de acordo com as expectativas do relatório, deixa de ser apenas usuária.

A falta de proficiência no uso das ferramentas digitais, por parte dos cidadãos, foi lembrada quando da proposição de padronização visual e de linguagem de fácil entendimento, bem como da navegabilidade e da legibilidade dos sítios governamentais. Afinal os sítios governamentais contam com grande quantidade de serviços e informações e devem se configurar como uma das principais portas de acesso para um novo perfil de público usuário, altamente heterogêneo.

Conforme Sérgio Amadeu da Silveira (2005, p. 1), “transformar a inclusão digital em política pública é fundamental para que os projetos e programas tenham continuidade, independentemente do partido político que esteja no governo federal, estadual ou municipal”. Defende que é necessário institucionalizar a política de inclusão digital, estando a comunicação, por meio da rede, se transformando em direito do cidadão em função da Sociedade da Informação que agora vivemos, não podendo a população mais pobre ser excluída do acesso a essa oportunidade.

A política adotada atualmente, pelo governo federal brasileiro, inclui as administrações federal, estadual e municipal, as ONGs, as comunidades e também empresas patrocinadoras, tanto públicas como privadas. Busca envolver a sociedade civil, via inserção de prefeituras e governos, com esta idéia de que a inclusão digital tem que se tornar uma política pública. (SILVEIRA, 2005, p. 2).

O atual governo federal propõe uma política conjunta de cooperação entre os entes federados no combate à exclusão digital e na busca de uma inclusão social por meio das TICs. Direciona o raciocínio para a execução de uma política pública integrada, ampla e duradoura, na qual governo e a sociedade civil possam interagir na busca pela inclusão social e cultural.

São inúmeras as possibilidades de articulação em rede para práticas cidadãs e intervenções nas esferas públicas, com apoio das TICs, mas para atingir tal meta é necessária a criação de uma rede de colaboradores que possam engajar-se nos projetos; não esquecendo a necessidade de se buscar financiadores potenciais dessas iniciativas. Quando se trata de produção de conhecimento no mundo das redes sociais, das ONGs e dos movimentos sociais, a característica é fortemente endógena, ou seja, o conhecimento é produzido internamente. Logo, é necessário adquirir a experiência prática no próprio campo de atuação, sendo que os resultados dessa produção possuem a tendência de se dispersarem em publicações de circulação restrita e páginas Web de acesso limitado, cabendo às iniciativas propostas fomentar também a criação de intercâmbio com o mundo acadêmico, os quais possam propiciar a criação de redes sociotécnicas.

4.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

O Brasil preparou para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação um documento que sintetizou de forma bastante precisa os caminhos que acredita necessários para a inclusão das pessoas na nova sociedade da informação. Esse documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil em Conteúdos e Temas, por ocasião da 2ª reunião preparatória da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, e denomina-se “Sete deveres: princípios prioritários propostos pela sociedade civil”, para a Sociedade da Informação.

Os sete deveres resumem uma visão de princípios prioritários para a implementação de uma Sociedade da Informação no Brasil e foi tema levado pela comissão brasileira para ser discutido pelos diversos países que participaram da

Cúpula, a saber: desenvolvimento sustentável; governabilidade democrática; alfabetização, educação e pesquisa; direitos humanos; conhecimento global de domínio público; diversidade cultural e lingüística; e segurança da informação. Esta Cúpula não gerou uma declaração firme e específica, mas apenas um documento chamado de “Compromisso de Túnis”, afirmando que não haverá deliberação, mas o prosseguimento nas negociações. Fonte: CMIS – Cúpula Mundial da Sociedade da Informação.

Estes princípios demonstram uma grande preocupação com a impossibilidade de implementação da tecnologia digital na sociedade sem que haja uma planificação governamental mais ampla, envolvendo outros setores relevantes para o desenvolvimento tecnológico e social.

Os sete princípios propostos pela sociedade civil, na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, na leitura de Cabral (2004, p. 1-8), podem ser entendidos da seguinte maneira: o “desenvolvimento sustentável” expressa a preocupação com a “expansão da informática e da Internet em todos os lugares e classes sociais, bem como etnias, gêneros, idades e os segmentos sociais desejosos de se apropriar da forma que melhor entenderem”; a “governabilidade democrática” é um princípio a ser perseguido de modo a “integrar as pessoas, tornando as estruturas de governo transparentes e acessíveis no âmbito dos municípios, Estados, países e regiões, bem como do planeta”; a “educação para a informática” significa que a Internet precisa ser considerada e planejada como instrumento de aprendizagem, desde os primeiros níveis de ensino, “sem preconceitos ou imposições, sem substituir o analógico pelo digital, mas reforçando a capacidade cognitiva dos alunos e guiando a descoberta de novos horizontes”.

Outro princípio, a defesa dos “direitos humanos”, significa a criação de “ambientes de compartilhamento, de debates, de informação sobre garantias individuais, valorização da auto-estima, de valorização das características sociais e da construção de identidades que fortaleçam a solidariedade e a integração dos povos”; o “conhecimento global de domínio público” se refere ao atendimento do interesse público, sobretudo à acessibilidade das informações, “cabendo ao conjunto da sociedade definir a sua dimensão”; a “diversidade cultural e lingüística” considera as “possibilidades de expressão das populações emergentes e ainda não consideravelmente incluídas, podendo ter as mais variadas interfaces nos mais diversos idiomas e acessos nos mais variados contextos socioculturais” e, por

último, a “segurança da informação” deve premiar “um maior controle por parte da sociedade daquilo que se está consumindo, onde será fundamental a participação de especialistas dispostos a traduzir esse discurso digital para o conjunto da população”.

Esses sete deveres, mesmo que nem todos possam estar ao alcance das possíveis medidas do poder local, são princípios interessantes que podem dar origem a uma série de propostas concretas de ação nos mais variados setores, bem como nortear pesquisas de avaliação de programas públicos de inclusão digital. Partiu-se, portanto, na seleção dos critérios de análise destes critérios iniciais, considerando-se, no entanto, outros aspectos da literatura e os limites da própria abordagem metodológica da pesquisa que se restringiu a uma análise a partir dos *sites* disponíveis na Internet, dificultando a averiguação dos demais aspectos.

Portanto, foram escolhidos os seguintes critérios para a análise dos programas de inclusão digital dos municípios:

- 1) a universalidade e a facilidade de acesso, pela população, aos programas de inclusão digital;
- 2) governabilidade democrática, considerando-se uma maior ou menor participação da comunidade na formulação, implementação e gestão dos programas de inclusão digital, bem como as possibilidades de uma efetiva interatividade entre governo e cidadão;
- 3) alfabetização digital, educação e pesquisa, como as oportunidades disponibilizadas para este fim;
- 4) a empregabilidade como produto da alfabetização digital visando alocar ou realocar o cidadão no mercado de trabalho;
- 5) a continuidade dos programas de inclusão digital.

O critério de universalidade e da facilidade de acesso, pela população, aos programas de inclusão digital é analisado a partir da oferta ampla e irrestrita para todos os cidadãos da comunidade, sem a existência de quaisquer condições ou exigências de pertencimento a qualquer grupo ou classe social; a governabilidade democrática, por sua vez, é identificada pela oferta de meios de participação da comunidade na formulação, implementação e gestão dos programas de inclusão digital e se existe uma busca de interatividade por parte do governo local

pela disponibilização de canais de comunicação da comunidade com os órgãos governamentais; a alfabetização digital, educação e pesquisa, são inferidas a partir da existência de propostas de programas de treinamento para a população; a empregabilidade será verificada em relação à existência de uma preocupação do governo local com a questão no discurso e nos objetivos dos programas, a existência de programas de treinamento específico para a formação profissional, a disponibilização de ferramentas de busca de emprego nos próprios sítios municipais; e, por fim, a continuidade dos programas de inclusão digital pode ser avaliada, de um lado, pela maior ou menor institucionalização dos programas de inclusão digital e, de outro, pelo discurso dos governos ou de se distanciar explicitamente dos programas de seus antecessores, ou de ressaltar a continuidade das políticas, ações e investimentos.

A análise é efetuada a partir da investigação dos conteúdos dos *sites* governamentais e do material de divulgação dos programas de inclusão digital nos próprios *sites*, bem como de artigos científicos publicados sobre os programas de inclusão digital e de entrevistas sobre o tema, divulgadas na imprensa por gestores ou outros responsáveis da administração pública pela implementação dos programas analisados.

5. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E AS DIVERSAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O desenvolvimento local assumiu importância fundamental no atual contexto histórico, caracterizado pelo modo de produção capitalista que se tornou hegemônico, lastreado agora na microeletrônica, e nas tecnologias da informação e da comunicação atuantes nos diferentes processos produtivos e administrativos. Essa nova tecnologia “transformou radicalmente as formas de produzir bens e serviços e as relações sociais em escala planetária”. (SANTOS, 2003, p. 2).

O “processo de globalização aprofundou a heterogeneidade entre os diversos territórios”, transformando a agenda pública dos municípios para a “construção de um modelo de desenvolvimento a ser construído de baixo para cima, a partir dos espaços locais”. (SANTOS, 2003, p. 3).

A análise efetuada nas cidades escolhidas se iniciou com uma busca nos sítios do IBGE e do IPEA para a identificação dos indicadores sociais básicos de cada município. Na seqüência foi feito um breve relato de sua respectiva história, geografia, características marcantes de cada cidade e a descrição das práticas de gestão defendidas e levadas a cabo pelas administrações municipais.

A partir das informações disponíveis nos sítios oficiais dos municípios e de artigos científicos sobre os programas que existiram ou que estão em andamento em cada cidade, o estudo inferiu o enquadramento de cada programa nas categorias de: a universalidade e a facilidade de acesso, pela população, aos programas de inclusão digital; governabilidade democrática; alfabetização digital, educação e pesquisa; a empregabilidade e a continuidade dos programas de inclusão digital. Cada programa, em sua época político-histórica, foi analisado em relação ao grau de atendimento aos critérios estabelecidos, com o objetivo de discutir criticamente os avanços e as limitações das experiências de inclusão digital nos municípios escolhidos.

As cidades escolhidas são capitais de Estados brasileiros, onde a concentração de população e intensa migração demonstraram, mais rapidamente, a necessidade de se promover a inclusão digital também como instrumento de inclusão social e econômica.

As informações levantadas serão apresentadas de modo descritivo, justificando o enquadramento dos programas em cada critério, com as referências obtidas dos sítios ou trabalhos científicos referenciados.

5.1 O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, capital do Estado de mesmo nome, surgiu como missão jesuítica, reunindo, como seus primeiros habitantes, tanto europeus quanto indígenas. Com o tempo, o povoado acabou se caracterizando como entreposto comercial e de serviços de relativa importância regional. Essa característica de cidade comercial e de composição heterogênea acompanha a cidade em toda a sua história.

5.1.1 Inclusão e Cidadania – Princípios Básicos do Programa de Inclusão Digital de São Paulo

O governo da Prefeita Marta Suplicy colocou em prática, em 2001, uma política de inclusão digital para a Prefeitura Municipal de São Paulo, conhecida como Telecentro - Plano de Inclusão Digital e Cidadania. Esse plano combinou iniciativas tecnológicas, participação popular, parcerias com empresas e organizações da sociedade, mobilização de recursos e critérios de alocação de equipamentos, sendo instalados Telecentros comunitários nas regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade, contando com a participação dos usuários em sua gestão, além da utilização de *software* livre. Os objetivos declarados deste plano foram: 1) capacitação profissional, 2) requalificação do espaço em torno da unidade; 3) disseminação de *software* livre; 4) participação popular, por meio dos conselhos gestores; 5) jornalismo comunitário, por meio do sítio dos Telecentros. Após dois anos contava com 61 unidades e mais de 183 mil usuários cadastrados. Contabilizou, para os anos de 2001 e 2002, a cifra de 23 mil cidadãos que concluíram o curso de Informática Básica. (COM CIÊNCIA, 2007).

Uma característica marcante do município de São Paulo é o seu imenso contingente populacional e, nesse contingente, foram detectados milhões de

peças excluídas, para as quais a ausência de acesso à Internet e à tecnologia da informação é apenas mais uma de suas variadas carências. (POCHMANN e AMORIM, 2003).

Assim, a administração da prefeitura considerou as dificuldades em relação ao custo do transporte e à grande extensão territorial do município, que impossibilitava uma política centralizada dos equipamentos para a utilização da Internet, sem contar as dificuldades financeiras que assolam a maioria dos municípios brasileiros, também presentes na cidade de São Paulo. A solução implantada exigiu a combinação de opções e iniciativas tecnológicas, participação popular, parcerias com empresas e organizações da sociedade, mobilização de recursos e critérios eficazes de alocação de equipamentos. (COM CIÊNCIA, 2007).

5.1.2 Acesso, Aspectos Tecnológicos

O critério para a prioridade de instalação dos primeiros Telecentros foi o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região, dentro da cidade.

O padrão operacional do Telecentro se baseava em um total de 20 computadores, ligados em rede, usados intensivamente para cursos de Informática Básica (sistema operacional GNU/Linux e aplicativos de escritório). Em geral, três quartos dos equipamentos eram dedicados aos cursos e os restantes ao uso livre, sendo que, cada cidadão, poderia utilizá-lo por períodos entre 30 e 45 minutos. Todos os serviços eram gratuitos, inclusive a impressão de materiais.

Os monitores que ministravam as aulas e orientavam os usuários eram contratados pela organização não-governamental Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) e recebiam um treinamento especialmente concebido para o Programa. Em geral, eram moradores das próprias regiões onde se localizam as unidades. Foram disponibilizados cursos de Informática Básica, de 20 horas, buscando familiarizar as pessoas com a tecnologia e fornecer capacitação mínima para utilizá-la. Os usos mais comuns dos computadores, detectados naquele período, foram para as pesquisas escolares, elaboração de currículos, navegação na Internet, correio eletrônico e jogos. Os cursos avançados, oficinas especiais como jornalismo comunitário, criação de *websites* e tratamento de imagens, atingiram um público pequeno. O programa teve como princípio a promoção do

acesso universal à tecnologia da informação e à Internet. Foi nítida a predominância do público adolescente e jovem como principais usuários. Fonte: <http://www.comunicacao.pro.br>

5.1.3 Uso e Resultados

Um sumário do perfil econômico e educacional dos usuários dos Telecentros pode ser identificado conforme dados abaixo, tendo com fonte a Coordenadoria do Governo Eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo, no governo de Marta Suplicy.

Tabela 2: Faixa de renda dos usuários dos Telecentros de São Paulo (Percentual)

Faixa de Renda	Percentual
Sem renda	9%
1 a 2 salários mínimos	34%
2 a 5 salários mínimos	36%
5 a 10 salários mínimos	6%
Acima de 10 salários mínimos	1%

Fonte: SÃO PAULO, 2007b.

Tabela 3: Escolaridade dos usuários dos Telecentros de São Paulo (Percentual)

Escolaridade	Percentual
Sem escolaridade	4%
Ensino Fundamental incompleto	43%

Ensino Fundamental completo	7%
Ensino Médio incompleto	20%
Ensino Médio completo	22%
Superior completo ou incompleto	2%

Fonte: SÃO PAULO, 2007b.

Entre os usuários, predominam os oriundos dos extratos sociais mais empobrecidos.

Analisando os dados acima é possível inferir que o grande público dos Telecentros são pessoas que estão em situação de baixa renda e que buscam os Telecentros para um treinamento que complemente sua também baixa escolaridade, ou como aquisição de conhecimento, que possa trazer novas opções de lazer.

Conforme o governo de Marta Suplicy, o programa Telecentro contribuiu para a inclusão social por ter propiciado aos usuários um aprendizado sobre a Internet, correio eletrônico, editores de texto e planilhas eletrônicas. Não aprenderam a usar ferramentas em Windows, em função da adoção da política de *software* livre, mas saíram em condições de assimilá-las rapidamente, uma vez que os aplicativos utilizados são bastante semelhantes.

5.1.4 Gestão do Projeto e Governança

A elaboração teórico-política da administração do governo de Marta Suplicy visou a inserção de São Paulo no sistema de cidades mundiais. Evidenciou a urgência de uma articulação metropolitana, a retomada das práticas de planejamento, a necessidade de estratégias econômico-territoriais de gestão e o sentido da negociação democrática dos distintos interesses que compõem o tecido social da cidade e o combate à exclusão social. (GASPAR, 2006, p. 17-21).

Como novo espaço de organização social, os conselhos gestores dos Telecentros constituem um espaço novo de organização da sociedade para participação nas políticas públicas, servindo, muitas vezes, como um ponto de

convergência capaz de catalisar demandas e gerar articulação para o surgimento de novas iniciativas. (COMCIÊNCIA, 2007).

Vaz (2003, p. 336) descreve que cada conselho gestor do programa de inclusão digital de São Paulo “é escolhido em plenárias com moradores da região e, dependendo da unidade, é composto por sete ou nove membros, com um representante dos funcionários e um da subprefeitura”. Acontece, muitas vezes, a coincidência dos representantes nestes conselhos serem também conselheiros do Orçamento Participativo e de conselhos setoriais. O papel desempenhado pelos conselheiros envolve definição de normas de funcionamento dos Telecentros e sua fiscalização. Estes conselheiros são, também, o elo de ligação com a administração municipal, apontando as deficiências e fazendo reivindicações no que diz respeito à solução de problemas.

Esses conselhos gestores são uma resposta ao planejamento tecnocrático. Egler (2006, p. 5) defende o planejamento associado à ação comunicativa e diz que estas novas ações conduzem ao “esgotamento do ideário do planejamento tecnocrático que propõe controle e dominação”. Dessa maneira, “conduz para o deslocamento em direção a uma ação que propõe desvendamento, no sentido de conhecer o espaço em que se vive, seus processos e a ação dos agentes para interagir com ele positivamente”.

5.1.5 Continuidade Administrativa

Desde o ano de 2004, a administração municipal da cidade de São Paulo está sob o governo do PSDB, governo de José Serra, substituindo o PT de Marta Suplicy. No período da prefeita, a gestão buscava como princípios norteadores uma gestão democrático-participativa, ao passo que o prefeito José Serra deu ênfase aos princípios de uma gestão gerencial.

Em entrevista para o Idgnow! (*site da Internet*), o Secretário de Comunicação da Prefeitura de São Paulo, Sérgio Kobayashi, informou que, em 2005, a prefeitura de São Paulo possuía a meta de investir 14,5 milhões de reais em projetos de inclusão digital, entre eles a instalação de novos Telecentros e a reforma das unidades já implantadas. Fonte: www.idgnow.com.br

O ano de 2006 foi um ano de eleições, no qual o prefeito José Serra saiu candidato ao governo do estado de São Paulo, restando as principais iniciativas de seu governo na pauta do ano de 2005, destacando-se a criação de programas com o objetivo de incentivar a participação da comunidade na área de tecnologia, como o Centro de Capacitação Digital, que pretende formar profissionais para o mercado de trabalho. A prefeitura continua favorável ao uso do software livre. O posicionamento da equipe de José Serra (PSDB), frente ao software livre, é igual ao da equipe antecessora, sendo que esse posicionamento foi bandeira política de Marta Suplicy (PT).

A equipe de José Serra fala em “aperfeiçoar” o programa, vislumbrando sua continuidade, com inauguração de novos Telecentros. Como crítica ao programa anterior, existe a afirmação de uma necessária ação de despolitização das ações de inclusão digital. Fonte: www.idgnow.com.br

Até 2005, conforme informação da prefeitura, existiam 125 Telecentros, com 100 mil pessoas treinadas pelos cursos básicos de informática. (SÃO PAULO, 2007b).

Uma das principais críticas ao modelo anterior diz respeito ao número excessivo de funcionários do programa, principalmente nas atividades de apoio. Como informação numérica, Kobayashi credita ao governo anterior a cifra de quase 100 colaboradores contratados, por meio de terceirização, com a organização não-governamental RITS, tendo sido reduzido em 2005 a apenas quarenta.

A administração de José Serra acusa o governo anterior de problemas legais que existiam e continuam existindo, entre eles os problemas trabalhistas. Kobayashi informa que o Ministério Público está questionando a contratação de colaboradores por intermédio de uma instituição terceirizada, a organização não-governamental RITS, que por sua vez contrata os colaboradores de uma cooperativa de trabalho. Para o Ministério Público trata-se de uma contratação de mão-de-obra disfarçada. Fonte: www.idgnow.com.br

Percebe-se que, à medida que os governos municipal e estadual são do mesmo partido político, será buscada uma compatibilidade entre o programa de inclusão digital da cidade de São Paulo, os Telecentros, e o programa estadual, os Infocentros. Kobayashi comenta que, embora ambos sejam projetos públicos de inclusão digital, os Telecentros e os Infocentros têm filosofias de trabalho diferentes. Nos Telecentros, o tempo de uso dos computadores é dividido em aulas, oficinas e

uso livre. Já nos Infocentros, o tempo é dedicado exclusivamente ao uso livre. Nos Telecentros foi adotado o software livre. Já nos Infocentros, há software livre e software proprietário. Fonte: www.idgnow.com.br

5.2 O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA CIDADE DE CURITIBA

Desde os tempos do Regime Militar, quando o arquiteto e urbanista Jaime Lerner foi designado para o cargo de prefeito de Curitiba, sucederam-se várias gestões municipais com características tecnocráticas. As sucessões ocorreram com pequena quebra de continuidade. Essa continuidade acabou por tornar Curitiba uma cidade planejada e premiada internacionalmente, em gestão urbana, meio ambiente e transporte coletivo. A cidade enfrentou, nas últimas décadas, um processo de urbanização acelerada, em grande parte provocado pelas migrações do campo, oriundas da substituição da mão-de-obra agrícola pelas máquinas. (CURITIBA, 2007a).

As principais diferenças entre as administrações de Cássio Taniguchi e Beto Richa são descritas em entrevista concedida após a eleição deste, pelo seu vice-prefeito, Luciano Dutti. Embora Beto tenha sido vice-prefeito de Cássio e, *a priori*, esse fato determine um governo de continuidade, existem algumas diferenças de enfoque. Beto Richa iniciou sua administração como prefeito eleito com a suspensão de alguns atos do antigo prefeito, cancelando licitações e reduzindo impostos. Informou que pretende fazer um governo de composição com toda a sociedade. A nova administração acredita que o turismo pode ser um grande gerador de negócios, receita e empregos para o município e para apoiar este novo ramo será criada uma agência para cuidar desta área.

A tendência da administração de Beto Richa é a adequação do orçamento do ano de 2005 para o cumprimento das promessas de campanha, discutindo com os deputados federais do Paraná a inclusão de emendas no Orçamento da União, priorizando os programas sociais que foram propostos na campanha. A participação popular, defendida na campanha, se resume a uma questão de “organizar a agenda e dedicar parte da semana para ter contato direto com as pessoas”.

O vice-prefeito Luciano Dutti resume que a administração de Beto Richa não será uma “salvadora da pátria”, mas que ele pretende atacar os problemas considerados crônicos na cidade, tais como: a falta de segurança e empregos para todos, realizando uma “administração ética, transparente, voltada para a área social e que faça nossa cidade se tornar referência em qualidade de vida”. Não é feita referência direta aos programas de inclusão digital nas promessas de campanha de Beto Richa. (CHAGAS, 2006, p. 200-205).

5.2.1 Digitando o Futuro (Primeira Rede de Acesso Público à Internet) – Foco na Educação

Considerada pela Prefeitura Municipal de Curitiba como a primeira rede pública de acesso à Internet do Brasil, o Projeto Digitando o Futuro foi inaugurado em 10 de junho de 2000. (CURITIBA, 2007ab).

O projeto foi idealizado pelo Instituto Curitiba de Informática (ICI), em conjunto com a Prefeitura Municipal, sendo remodelado em 2002. A partir da remodelação passou a oferecer, além de uma conta de e-mail gratuita, serviços como: horários e itinerário de ônibus; acesso à Central de Atendimento ao Cidadão – onde é possível cadastrar as sugestões e as reclamações da comunidade; veiculando neste portal notícias sobre a capital e o país.

Nesta época (2002), o foco principal do programa Digitando o Futuro eram os estudantes do Ensino Fundamental, das escolas públicas, disponibilizando para eles um meio para o acesso ao conhecimento. Afirmam os gestores do programa que a grande maioria de seus usuários têm entre 11 e 20 anos, são estudantes, e utilizam a Internet para lazer e pesquisa. Outro dado interessante é que dessa maioria predominam representantes do sexo masculino. (ICI, 2007).

Para o ICI, o “Digitando o Futuro” objetiva, principalmente, a inclusão digital total, ou seja, além do acesso gratuito, é oferecida a capacitação das pessoas por meio de cursos de informática. O programa oferece dois tipos de cursos. O primeiro, ensina informática básica (navegar na Internet, usar o correio eletrônico) e é ministrado por alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), outros cursos são oferecidos por orientadores do ICI, são “on line” e instruem sobre hardware, noções de Linux, programação HTML e Windows. (ICI, 2007).

Portadores de necessidades especiais têm um tratamento diferenciado em alguns pontos do programa. São contempladas pessoas com deficiências visual, auditiva, motora e "mental leve", para as quais, além de rampas e banheiros adaptados, os Telecentros dispõem de emuladores de teclado (quem têm pouca mobilidade) e teclado colméia (que facilita a digitação). (CURITIBA, 2007b).

5.2.2 Acesso, Aspectos Tecnológicos

Em 2002, os dados da prefeitura indicavam um aumento no número de pessoas atendidas, sendo que pelo menos 20 a 25% das pessoas voltavam a usar o serviço mais de três vezes, após o primeiro contato. Estavam disponibilizados acessos nos locais onde funcionam os Faróis do Saber, nas Ruas da Cidadania e na Rua 24 Horas. Apareciam como bairros campeões em acessos: CIC, Pinheirinho, Sítio Cercado, Campo Comprido e Centro, conforme dados obtidos pelo ICI. A intenção da prefeitura, neste ano de 2002, era a criação de 55 pontos de acesso, com 567 computadores, esperando atender 180 mil pessoas mensalmente. Cada ponto do Digitando o Futuro tinha, em média, nove computadores, uma impressora e um scanner. O horário de funcionamento era das oito horas da manhã até às sete da noite, sendo este o último horário para ser agendado e, ainda, quem fazia reserva ganhava mais meia hora de uso. Os idealizadores do programa defendiam que “não só de lazer e pesquisas vive o Digitando”, sendo os pontos de acesso muito procurados por desempregados que fazem da rede um meio de contato na busca de empregos. (CURITIBA, 2007b).

O ICI informa que os Faróis do Saber utilizam *software* livre, sendo que há cerca de dois anos trocaram o sistema Windows por Linux. (ICI, 2007).

Outro programa de inclusão digital em Curitiba é o “Inter Clique”, que é uma plataforma móvel do Digitando. Trata-se de um ônibus adaptado que percorre vários pontos da cidade, no qual as pessoas também podem ter acesso à Internet. O Digitando o Futuro periodicamente oferece cursos gratuitos de Informática Básica à população tanto nos pontos fixos, como na unidade itinerante. (CURITIBA, 2007b).

5.2.3 Uso e Resultados

No levantamento efetuado em 2004, a própria Prefeitura Municipal, comemorando os quatro anos de existência do Digitando o Futuro, anunciou um recorde em Curitiba: dois milhões de acessos gratuitos à Internet, representando os números de agendamento de pessoas que estiveram nos Faróis do Saber, nas bibliotecas públicas, na Rua 24 Horas ou, ainda, no Inter Clique, passando pelo menos uma hora em contato com o mundo por meio do computador. Nessa data, o programa pode contabilizar 48 pontos de acesso ao Digitando o Futuro, com cerca de 192 mil usuários cadastrados. Afirmam os representantes da administração municipal que “um em cada oito curitibanos se utiliza do Digitando o Futuro para o acesso gratuito à Internet, em um dos 48 pontos distribuídos na cidade de Curitiba”. (CURITIBA, 2007b).

5.2.4 Gestão do Projeto e Governança

O Digitando é, atualmente, administrado pelo ICI, discutida organização social que administra a informática de Curitiba, buscando um novo gestor que ainda não está definido, mas Clodualdo Pinheiro (2006, p. 2), o então Presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba (IPPUC), órgão da prefeitura, informa que no futuro haverá maior participação da população.

O fato de não ser gerido pela comunidade, mas pelo próprio ICI, poderia ser um fator negativo no “Digitando o Futuro”, mas a prefeitura se justifica, informando que, semestralmente, até 40 mil pessoas respondem a pesquisas sobre o projeto. A partir dessas demandas, os rumos vão sendo estabelecidos. Mensalmente, o ICI investe R\$ 120 mil no Digitando o Futuro, independente da fonte do dinheiro, visto que é uma OSCIP. A prefeitura entra com a infra-estrutura, cede os espaços, paga contas de luz e água, além de providenciar segurança, pagando os acessos por ADSL com patrocínio da Brasil Telecom, que cobra de cada ponto de acesso um preço 30% menor que o preço comercial do acesso ADSL. Esse preço subsidiado não é informado se é menor que o normalmente cobrado nos planos de

“fidelidade” praticados pela operadora com os demais clientes comerciais. (ICI, 2007).

O “Se Liga Curitiba” propõe-se a promover cursos para ensinar os moradores das comunidades a navegar pela Internet, e os representantes dos bairros serão os responsáveis por parte do conteúdo do megaportal. Conforme documento do executivo municipal, encaminhado para apreciação da câmara de vereadores, intitulado “Programas, Metas e Prioridades da Administração Municipal – 2006 a 2009”, o megaportal objetiva “promover e disponibilizar o acesso mais democrático da população à informação e comunicação por meio do Megaportal de Curitiba na Internet, que deverá concentrar uma dinâmica de serviços públicos e privados, a fim de estimular a convivência e articulação das pessoas na rede”. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2007).

O Presidente do IPPUC afirma que “não podemos entregar de imediato a gestão para a comunidade, porque, no Brasil, ainda não existe cultura participativa”, mas acredita que com o tempo e a aquisição de conhecimento, isso será possível. Pretende lançar “LanHouses”, espaços onde a população poderá, por exemplo, fazer, via TV digital, cursos sobre os mais variados assuntos: culinária, vídeo, informática avançada, etc. À medida que a comunidade aumentar a sua participação na gestão do projeto, passará a escolher os cursos oferecidos. (PINHEIRO, 2006, p. 2).

5.2.5 Continuidade Administrativa

Em setembro de 2005, o então Presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba (IPPUC), informou que o programa de inclusão digital seria reformulado pela prefeitura da capital paranaense, criando o novo programa “Se Liga Curitiba”. (PINHEIRO, 2006, p. 1).

O programa “Digitando o Futuro”, instituído pelo governo Cássio Taniguchi e considerado, pela atual administração de Curitiba do Prefeito Beto Richa, como bem-sucedido, será substituído, segundo informações do governo, por outro ainda mais ambicioso, o “Se Liga Curitiba”. Todas as conquistas do Digitando serão mantidas, “mas vamos muito além”, promete. Clodualdo Pinheiro (2006, p. 1) afirma que, no Brasil, é comum que mudanças políticas nas administrações acabem

acarretando o congelamento ou o negligenciamento de projetos existentes e, neste caso, o novo programa promete abarcar o anterior, mas não destruí-lo.

O programa “Se Liga Curitiba” pretende ser um megaportal de serviços na Internet, auxiliando toda a população de Curitiba. Os recursos viriam da prefeitura, como parte dos R\$ 80 milhões previstos no orçamento do governo para infra-estrutura de informática. O projeto tem a intenção de aumentar de 49 para 450 os pontos de acesso gratuitos à internet na cidade. (PINHEIRO, 2006, p. 1-3).

O megaportal, na opinião de Pinheiro, um de seus idealizadores, é importante para a vida cotidiana de Curitiba; pois a partir dele será possível localizar endereços, ver a programação de cinema, e o cidadão também poderá procurar empregos digitando a sua área de interesse. Embutido dentro desse projeto existe uma realidade que é o custo da prefeitura para construir uma rede sem fio (*wireless*), com recursos do orçamento municipal de informática, e das possíveis parcerias público-privadas (PPPs). (PINHEIRO, 2006, p. 3).

O programa “Clique Curitiba Online” é um serviço gratuito de orientação ao usuário e capacitação a distância em diferentes cursos gratuitos pela Internet, tornando-se um novo serviço que atende aos usuários do Digitando o Futuro. O lançamento do novo programa aconteceu no Parque Barigui no Dia da Criança, em 12 de outubro de 2004. Para se tornar um usuário e participar dos cursos gratuitos que estão sendo oferecidos, o interessado precisa efetuar um cadastro no *site* do Digitando o Futuro (www.curitiba.org.br), com a ajuda dos auxiliares, bastando apresentar seus respectivos documentos de identificação. A intenção do “Clique Curitiba Online” é disponibilizar, progressivamente, Chats, Fóruns, Avaliações, Animações e outros recursos e componentes tecnológicos. A administração municipal manifesta que um de seus principais objetivos é de oferecer “os melhores recursos para um aprendizado a distância com máxima eficiência”. (ICI, 2007).

Atualmente, no Portal da Secretaria de Educação Municipal é possível encontrar uma lista de Cursos de informática *on-line* que esta secretaria está disponibilizando gratuitamente em seu *site*: Hardware, O Computador: Dicas de Segurança do Equipamento; Linux Básico; Office, Word, Excel, Power Point; Open Office, Editor (Editor de Textos), Calc (Planilha Eletrônica); Programação HTML; Windows, Internet Explorer, WinZip. (CURITIBA, 2007b).

5.3 O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

O programa de inclusão digital do município de Porto Alegre foi criado em 2001 pela administração municipal, após a eleição do PT, com o intuito de promover a inclusão digital de pessoas sem acesso às novas tecnologias da informação.

Nessa época, Porto Alegre tornou-se uma referência mundial por suas práticas de construção de uma nova cidadania, calcada na democracia participativa. Pela proposta municipal, para cada novo ano as pessoas, em assembleias populares, decidiriam onde seriam aplicados os recursos orçamentários de investimentos do município e acabariam por definir, em conjunto, as prioridades das políticas públicas. Esse programa denominado de “orçamento participativo” está em funcionamento desde 1989, sendo responsável por uma maior participação popular em todos os âmbitos da administração da cidade. (PORTO ALEGRE, 2007a; FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2007).

Após o “I Fórum Social Mundial”, ocorrido na cidade, em janeiro de 2001, a administração pública de Porto Alegre intensificou suas políticas públicas para uma nova Sociedade da Informação, defendendo o acesso pleno ao conhecimento digital como um “direito humano” e uma visão integrada com as políticas públicas de inclusão social como norte para as ações da municipalidade na área de Tecnologia da Informação. (PORTO ALEGRE, 2007b; FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2007).

5.3.1 Telecentros de Porto Alegre – Espaços de Desenvolvimento Comunitário e Inclusão Social

Os Telecentros foram integrados às políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que objetivava tirar os jovens das ruas, combater a violência e a criminalidade por meio da inclusão social. Implantados em parceria com a comunidade e com apoio de empresas privadas, trabalharam para promover a iniciação à informática, à cidadania e ao bom uso das ferramentas da Internet. (PORTO ALEGRE, 2007b).

Os Telecentros de Porto Alegre eram defendidos como espaços da própria comunidade, sendo instalados em locais como clubes de mães, igrejas, associações comunitárias, associações de empresárias e também em prédios públicos. A administração era realizada pela própria comunidade, utilizando um conselho gestor e as prioridades eram definidas nas assembléias do orçamento participativo. Esses Telecentros foram criados a partir de múltiplas parcerias com as mais diversas organizações, governamentais ou não. (PORTO ALEGRE, 2007b).

Ilton Freitas (2006, p. 4), coordenador executivo e um dos idealizadores do programa de Telecentros de Porto Alegre, afirma que:

“o cidadão excluído digitalmente ficará inabilitado a acessar o fluxo de informações, de serviços e de riqueza simbólica que está disponibilizado em rede e verá ameaçado seu direito à informação e expressão a partir da nova base comunicacional assentada pelas tecnologias da informação. A inclusão de pessoas no mundo digital constitui-se numa nova agenda pública. O direito à livre expressão e à informação precisa ser complementado com o direito ao conhecimento digital. Esse novo direito social precisa ser traduzido por uma política pública que o universalize. O Estado precisa democratizar o acesso aos equipamentos e à Internet, assim como promover a formação dos cidadãos para o uso das ferramentas.”

O programa de Telecentros de Raul Pont estava integrado ao Orçamento Participativo, no qual a municipalidade promovia a transparência dos processos de contratação e execução de obras, bem como implantação de serviços públicos, oferecendo condições da população controlar o Orçamento Participativo. A prestação de contas anual, disponibilizada pelo governo, demonstrava o andamento das obras votadas no Orçamento Participativo. (PESSI, 2003, p. 89-92). Com a nova gestão estas características foram modificadas, e os Telecentros passaram a estar direcionados para o aprendizado de informática, visando a empregabilidade.

5.3.2 Acesso, Aspectos Tecnológicos

A empresa encarregada do desenvolvimento dos sistemas de informática em Porto Alegre é a PROCEMPA, Empresa Pública de Tecnologia da Informação e Comunicação, que foi criada em 1977, atuando nas mais diversas áreas, tais como: saúde, tributos e finanças, educação, trânsito e transporte, saneamento, limpeza urbana, planejamento, obras e gerenciamento administrativo.

Acompanhou o desenvolvimento da Internet comercial no Brasil, desde o seu surgimento, em 1995, e criou, nessa época, para a prefeitura de Porto Alegre, o provedor de Internet “PortoWeb”. Essa iniciativa incentivou uma maior participação da população na Internet, ao mesmo tempo em que foi utilizada para disponibilizar e modernizar os serviços públicos acessados via rede mundial de computadores. A prefeitura contabilizou um grande sucesso, tendo um saldo de milhares de operações efetuadas pelo novo meio, já nos primeiros meses de funcionamento. (EMPRESA PÚBLICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 2007).

Visando possibilitar a integração dos principais prédios públicos, a PROCEMPA, em 1996, desenvolveu uma rede de fibras interligando estes prédios, que denominou de “Infovia”. A Infovia se tornou uma rede com mais de 210 km de extensão e seis mil computadores conectados com modernas tecnologias de banda larga, utilizando enlaces de rádio, iniciando, em 1999, estudos e experimentos com o software livre. Participou da criação do “Projeto Software Livre RS” e do “Fórum Internacional de Software Livre”. Na sequência, em 2003, a Prefeitura de Porto Alegre definiu como “política pública” a utilização de software livre. (PORTO ALEGRE, 2007; EMPRESA PÚBLICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 2007).

Os Telecentros foram constituídos a partir de parcerias com a iniciativa privada e a comunidade. Todo o projeto sustentou-se na participação e nas parcerias com a sociedade civil organizada, iniciativa privada, entidades e associações diversas, poderes públicos, por meio de patrocínios diferenciados, e o apoio efetivo da Prefeitura Municipal da cidade. Foi implantada uma rede de 34 Telecentros e mais o CIBERNARIUM. (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2007).

Para os Telecentros, o governo municipal, por meio da PROCEMPA, fornecia e instalava os equipamentos de hardware, os softwares livres, a rede lógica, prestava a manutenção e cobria os custos da linha de transmissão de dados; ficando a cargo da comunidade a manutenção do espaço físico, a disponibilidade de energia e material de expediente, assim como a conservação e a segurança prediais. Parceiros privados e entidades da sociedade civil, como o SEPRORGS (Sindicato das Empresas de Informática do RS), a Fundação Pensamento Digital, a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), a Organização Pessoas.Info, UNESCO, SENAC, Projeto Software Livre RS e o Governo Federal, por intermédio

do Banco do Brasil, doaram grande parte dos equipamentos de informática usados nos Telecentros. Com este programa foram implantados 34 Telecentros e 1 CIBERNARIUM. (FREITAS, 2006, p. 2-5).

Em última análise, a administração municipal necessitava investir apenas na manutenção do software livre e garantir a manutenção de uma máquina por Telecentro, o servidor. As demais máquinas-cliente do servidor eram captadas pelo programa “Adote um Telecentro”. (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2007).

O projeto CIBERNARIUM foi “idealizado pela Comunidade Européia e desenvolvido por meio de convênio com a *Barcelona Activa*, empresa da prefeitura da cidade de Barcelona, que criou a `@LIS`, uma iniciativa que busca promover o desenvolvimento econômico-social da América Latina, a partir da participação da região na sociedade global”. Nove cidades da América Latina e Europa receberam uma estrutura financeira para montar o CIBERNARIUM. No Brasil, as cidades escolhidas foram Porto Alegre e São Paulo. (PORTO ALEGRE, 2007a).

Em Porto Alegre existe um CIBERNARIUM, na antiga Usina do Gasômetro, que funciona de terça a domingo, das 9 às 21 horas, onde até então eram oferecidos cursos diversos com conteúdos necessários para a utilização de um computador. A partir de Outubro de 2006, os cursos do CIBERNARIUM adotaram uma nova metodologia e um novo conteúdo programático. Esse espaço passou a oferecer, à comunidade porto-alegrense, gratuitamente, um curso de inclusão e capacitação digital, com duração de, aproximadamente, um mês, ministrado duas vezes por semana, entre às 9 horas da manhã até às 21 horas, de terça-feira a domingo. Com essa mudança, a coordenação do projeto espera aprimorar as atividades e facilitar o processo de inscrição, que passa a ser também pelo telefone, além de oferecer, em um único curso, todos os conteúdos necessários para interagir plenamente com o computador. Também visando utilizar o espaço nos finais de semana deverão ser ministradas oficinas especiais para públicos diferenciados, como o infantil, ou com conteúdos específicos e/ou avançados. Esse projeto proporciona certificados de conclusão emitidos pela PROCEMPA, após o aluno se submeter a uma avaliação. (PORTO ALEGRE, 2007c).

5.3.3 Uso e Resultados

Em 2 de julho de 2001 foi inaugurado o Telecentro Chico Mendes, dando início aos benefícios que as salas informatizadas podiam gerar aos cidadãos. Durante os primeiros meses de funcionamento, o local já recebia uma média de 50 pessoas ao dia, que navegavam gratuitamente na Internet, enviavam mensagens pelo correio eletrônico, entravam em salas de bate-papo, acessavam programas de jogos e usavam os equipamentos para realizar trabalhos escolares e consultas e atividades do orçamento participativo. (PORTO ALEGRE, 2007b).

Para possuir e utilizar um Telecentro, as comunidades buscaram formas de auto-sustentabilidade. A administração municipal, por meio da PROCEMPA, garantia a manutenção, o acesso à Internet e a formação básica dos monitores, os espaços eram escolhidos pelos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo e dos Fóruns Locais de Segurança, possibilitando também a entidades que já possuíam os equipamentos serem transformadas em Telecentros. (PORTO ALEGRE, 2007b; SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2007).

Uma pesquisa efetuada quando da implantação do décimo quinto Telecentro demonstrou que o público participante eram os cidadãos com pouca ou nenhuma possibilidade de acesso às novas tecnologias da informação, com renda familiar de um a quatro salários mínimos. (PORTO ALEGRE, 2007a).

Com 30 telecentros instalados, o número mensal de usuários atingia a cifra de 25 mil, sendo os telecentros mais antigos os mais procurados. (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2007).

A Secretaria de Educação da Prefeitura de Porto Alegre, acompanhando a situação das escolas públicas municipais, que em sua maioria estão localizadas em zonas de alta exclusão social, utilizou a informatização da “Rede Municipal de Ensino” para propiciar condições de acesso às novas tecnologias para os professores e alunos, incrementando as possibilidades de construção de conhecimentos. Essa iniciativa da Secretaria Municipal de Educação buscava oferecer educação com ampla participação da comunidade e com incremento de novas práticas. (PORTO ALEGRE, 2007b).

5.3.4 Gestão do Projeto e Governança

Os convênios assinados pela Prefeitura, na gestão do PT, eram conquistas do Orçamento Participativo, convênios denominados de Execução Compartilhada de programas de assistência social, que consistiam em uma parceria entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e uma entidade da sociedade civil para atendimento em espaço público. A execução compartilhada inovava na medida em que possibilitava o trabalho conjunto em parceria com as entidades e a Fasc, num mesmo espaço físico. Em alguns módulos também funcionavam programas como o Agente Jovem, Grupo de Convivência de Idosos, Cadastro Único, Serviço de Atendimento Jurídico e atendimento de Assistência Social, possibilitando que esses trabalhos contribuíssem para a retirada das crianças e adolescentes das ruas. (PORTO ALEGRE, 2007a).

Ilton de Freitas (2006, p. 3) afirma que apesar da precariedade de recursos, o programa de Porto Alegre se tornou referência no Brasil inteiro, em “função de ser uma das primeiras iniciativas a tratar o acesso à tecnologia como política pública, com a inauguração, em 2001, do projeto-piloto do Telecentro Chico Mendes, depois rebatizado como Mário Quintana. O projeto obteve destaque graças à premissa de seus gestores, que definiram, desde o início, o acesso à tecnologia como “um novo direito social”, finalizando seu discurso com a afirmação de que “é evidente que havia a preocupação com a geração de renda, a empregabilidade, o mercado de trabalho formal e as formas de sociabilidade possíveis em torno dos Telecentros. Nossa prioridade, no entanto, era mostrar que inclusão digital deveria ser uma política pública de primeira linha”.

Na gestão do PT, mesmo atravessando restrições de ordem orçamentária com os marcos regulatórios em construção, “o programa Telecentro avançou dentro de uma visão diferenciada de como se deve construir uma política pública, com a participação efetiva da sociedade, a otimização dos recursos existentes e muita criatividade e sinergia”. (FREITAS, 2006, p. 3). O projeto sustentava-se na participação popular e nas parcerias com a sociedade civil organizada, iniciativa privada, entidades e associações diversas, poderes públicos por meio de patrocínios diferenciados e o apoio efetivo ao programa.

5.3.5 Continuidade Administrativa

A mudança de governo na Prefeitura de Porto Alegre, de Raul Pont, do PT, para José Fogaça, do PPS, trouxe uma mudança no enfoque dado ao programa de Telecentros.

Na atual gestão, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre passou a ser mais rigorosa na exigência de documentação para habilitação e manutenção dos Telecentros, tanto para os novos, como para os implantados no passado. Levando-se em consideração as dificuldades burocráticas e contábeis das entidades comunitárias mantenedoras dos Telecentros, de possuírem a documentação exigida atualizada, muitas perderam o apoio da administração municipal. (FREITAS, 2006, p. 4).

Em uma avaliação efetuada em 2005, nos 34 Telecentros que haviam sido implantados, Alexandre Siqueira Mesquita (2006, p. 1) encontrou mais de 10 Telecentros fechados e outros funcionando sem nenhum tipo de acompanhamento. A causa desse fenômeno está nas novas exigências feitas por causa da mudança de enfoque do programa de inclusão digital.

A atual administração é acusada, pelo governo anterior, de possuir uma visão mais estatizante, intervencionista e elitista da inclusão digital. Acusam que a nova administração municipal quer transformar os Telecentros em espaços para a uma mera formação de mão-de-obra barata. A empresa de informática municipal é acusada de não possuir mais interesse no projeto e de ter suspenso o apoio logístico e tecnológico, inclusive ressalta-se a falta de manutenção dos equipamentos, antes prestada pela própria PROCempa. Para renovar os convênios, a nova gestão, criou uma série de exigências que as entidades comunitárias, na sua grande maioria, não têm como cumprir, sem descaracterizar o projeto anterior. (SOFTWARE LIVRE BRASIL, 2007).

Como exemplos, Mesquita (2006, p. 1-4) mostra em seu relato que quando efetuou visitas aos Telecentros, cinco meses após a posse o novo governo, constatou que no Telecentro Chico Mendes, hoje com o nome de Telecentro Mário Quintana, onde os computadores são de propriedade da prefeitura, o sistema operacional utilizado agora era o Windows, sendo ignorado o software livre. Estando apenas com 4 dos 12 computadores existentes ativos, não estava tendo manutenção por parte da PROCempa. No Telecentro Rubem Berta, que foi montado com equipamentos doados pelo Banco do Brasil, em software livre, existiam 5 máquinas inativas. No Telecentro Grande Santa Rosa, implantado

também com equipamentos doados pelo Banco do Brasil, em software livre, foram encontradas 2 máquinas inativas e o computador-servidor do Telecentro inativo por problemas técnicos, o que levou o Telecentro a fechar as portas até que o problema fosse solucionado.

Já havia se passado mais de uma semana do relato dessa questão, para a PROCEMPA, e o atendimento não havia sido dado até aquele momento. O Telecentro Asa Branca, o Telecentro Vila Operária, o Telecentro Vila Farrapos, o Telecentro Ilha dos Marinheiros, o Telecentro Mercado Público, todos equipados com máquinas doadas pelo Banco do Brasil e operando com software livre, estavam fechados com problemas como cancelamento de fornecimento da linha para a Internet, pela operadora Brasil Telecom. O Telecentro Jardim Floresta, equipado com máquinas da prefeitura, teve o sistema operacional Windows instalado em todos os equipamentos, em substituição ao software livre, e acabou sendo fechado devido à suspensão do convênio que mantinha os monitores no Telecentro.

Patrícia Cornils (2006, p. 2), ao efetuar uma análise da situação dos Telecentros de Porto Alegre, em maio de 2005, afirmou que “ninguém saberia dizer ao certo quantos, dos 34 Telecentros abertos pela gestão de Raul Pont (PT), em Porto Alegre, continuavam abertos em meados de maio de 2005”.

O responsável pelo programa Telecentro, na atual administração, Fernando Blanco (2006, p. 1), informou que, talvez, oito ou nove Telecentros ainda estivessem funcionando, inclusive contra a orientação da atual administração municipal. A Coordenadoria de inclusão digital e acesso à tecnologia da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, chefiada por Fernando Blanco, explicou que, em 2005, “determinou o fechamento de todos os Telecentros, depois de descobrir que apenas 17 deles firmaram convênio com o poder público para receber os repasses das verbas, com as quais pagavam seus monitores”, prometendo que cerca de 24 dos 34 Telecentros deveriam ser reabertos no futuro, quando fossem regularizados os convênios. (BLANCO, 2006, p. 2).

A explicação dada por Fernando Blanco (2006, p. 2) para as dificuldades do programa Telecentros é que havia “no orçamento da Secretaria para 2005, apenas R\$ 166 mil destinados ao projeto, o que equivaleria a um repasse de R\$ 407,00 por mês a cada um dos 34 Telecentros existentes, ou de R\$ 814,00 aos 17 conveniados. Pouco dinheiro, independente da necessária formalização dos convênios pelas entidades que recebiam o dinheiro público”. Sobre o mesmo tema,

Ilton Freitas (2006, p. 1), coordenador-executivo do programa na gestão do PT, explica que “esse valor era igualmente pequeno na administração anterior. A secretaria repassava R\$ 900,00 por mês a 21 Telecentros, e o Sindicato das Empresas de Informática do Rio Grande do Sul (Seprorgs) contribuía com outros R\$ 300,00 por mês para os restantes. Os computadores eram reciclados e doados pelo Banco do Brasil, quando foram abertos 25 Telecentros. A Prefeitura cedia a conexão e a Procempa, companhia de processamento de dados do município, assumia a manutenção, a um custo mensal estimado em R\$ 1,2 mil por Telecentro, como permanece até hoje”.

A atual administração de Porto Alegre admite que o projeto Telecentro deve ser mantido em função da boa repercussão do programa, ainda que tenha, sobre ele, uma visão completamente diferente da gestão anterior. (KRIEGER, 2006, p. 1). O Secretário de Direitos Humanos e Segurança Pública, Kevin Krieger (2006, p. 2), afirma que o projeto “atrai o cidadão e desperta nele o interesse pelo conhecimento”, concluindo que os Telecentros podem ser, “além de espaços voltados à inclusão social, por intermédio da educação digital, um atrativo para a educação cidadã”.

A diretriz atual para o programa Telecentros é de contratar os monitores como estagiários, regularizar os convênios com a PROCempa e criar um programa de formação continuada de monitores, no espaço CIBERNARIUM, em parceria com outras Secretarias, Sebrae e Seprorgs. (BLANCO, 2006, p. 3).

Como alternativa, a prefeitura vai recorrer à iniciativa privada para abrir novos Telecentros a custo zero para os cofres públicos. Com esse intuito foi lançada a campanha “Adote um Telecentro”, buscando obter recursos privados tanto para a implantação, quanto para a manutenção. “A inclusão digital surgiu no Brasil de forma precária e mal planejada. As prefeituras assumiram um papel inviável, porque os orçamentos públicos não vão dar conta de sustentar projetos na proporção necessária”. Em Porto Alegre “mal conseguimos utilizar com eficiência os laboratórios das escolas públicas”. (BLANCO, 2006, p. 3).

O projeto CIBERNARIUM foi mantido e para buscar este objetivo “foi disponibilizada uma verba para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre por intermédio da PROCempa para montar uma sala de formação, onde ocorrem as oficinas. É uma sala *on-line*, em que os cidadãos podem acessar a Internet e utilizar as máquinas gratuitamente, em um ambiente de convivência, que consiste em um

auditório para possíveis palestras e encontros, dando origem ao CIBERNARIUM". (BLANCO, 2006, p. 3).

5.4 COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Várias cidades brasileiras estão com seus programas de inclusão digital em fase de implantação ou remodelação. Comparamos a seguir, as experiências das cidades de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, em função das particularidades dos programas desenvolvidos nessas localidades.

5.4.1 As Cidades e suas Características

No século XX, São Paulo atravessou um grande crescimento industrial, e a sua área urbanizada passou a aumentar em ritmo acelerado. O grande surto industrial se deu durante a Segunda Guerra Mundial, o que fez a cidade ter uma taxa de crescimento muito elevada, o que se mantém até os dias atuais.

Atualmente, o crescimento vem se desacelerando, e o perfil da cidade vem sendo transformado de uma cidade industrial para uma metrópole de comércio, serviços e tecnologia. (SÃO PAULO, 2007a), mas sua Região Metropolitana conta com 39 municípios, envolvendo uma área de 8.501 km² e população de 20,5 milhões hab. (IBGE/2005). Esta região, também conhecida como Grande São Paulo, reúne municípios em intenso processo de conurbação, formando com os municípios limítrofes uma mancha urbana contínua, com área urbanizada de 2.139 km² (IBGE/2005).

Curitiba é marcada pela imigração tanto europeia como de outros continentes que ao longo do século XX deram a atual conotação do cotidiano da cidade. Seus modos de ser e de fazer se incorporaram de tal maneira à cidade que hoje são consideradas "bem curitibanas" festas cívicas e religiosas de diversas etnias, dança, música, culinária, expressões e a memória dos antepassados. (CURITIBA, 2007b). Dos 30 parques e bosques instalados e que são o resultado de uma série de medidas públicas tomadas ao longo do tempo, alguns são lineares, unindo-se ao longo dos grandes rios e em fundos de vale, funcionando como

barreiras naturais para impedir a ocupação indevida dessas áreas, sujeitas a enchentes, e para livrar os rios e córregos da degradação ambiental. Os lagos formados em alguns parques contêm naturalmente as enchentes porque funcionam como reguladores da vazão de suas águas.

A Organização das Nações Unidas, em 1990, premiou Curitiba com o United Nations Environment Program (Unep), prêmio máximo na área de meio ambiente, valorizando os programas de coleta do lixo reciclável, a compra do lixo e o sistema de deposição dos resíduos, no Aterro Sanitário da Caximba. Atualmente, a população se empenha em preservar e melhorar o espaço de vida coletivo, por uma vida com mais qualidade e com um olhar generoso na direção das gerações futuras. (CURITIBA, 2007b).

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, que é o estado brasileiro que possui fronteira com a Argentina e o Uruguai, local onde as poucas guerras existentes no Brasil marcaram profundamente a história deste território. A cidade ganhou notoriedade internacional por ter sediado o Fórum Social Mundial.

Foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1996, 1998 e 2002 a metrópole com a melhor qualidade de vida do Brasil, e acumula mais de 80 prêmios e títulos que a qualificam como uma das melhores cidades brasileiras para morar, trabalhar, fazer negócios, estudar e se divertir. Seus indicadores de qualidade de vida são favoráveis nos principais índices de desenvolvimento humano: saúde, saneamento básico, educação, meio ambiente e economia. (PORTO ALEGRE, 2007a).

Tabela 4: Informações sócio-econômicas das cidades pesquisadas

	São Paulo	Porto Alegre	Curitiba
Área Km ²	1.523	477	435
População estimada para 2005	10.927.985	1.428.696	1.757.904
Percentual de habitantes com energia elétrica	99,91%	99,84%	99,91%
Percentual de habitantes com Telefone	66,29%	68,38%	74,03%

Percentual de habitantes com

Computador	25,70%	27,90%	27,78%
IDH-M	0,841	0,865	0,856
IDH-educação	0,919	0,951	0,946

Fontes: BRASIL, 2007bc.

5.4.2 Análise dos Programas de Inclusão Digital

Em São Paulo o programa Telecentro - Plano de Inclusão Digital e Cidadania, da administração municipal do governo do PT, premiava iniciativas tecnológicas, participação popular, parcerias com empresas e organizações da sociedade, e mobilizava recursos para a criação de espaços comunitários destinados ao aprendizado da informática nas regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. Buscou, principalmente, a participação dos usuários em sua gestão, além da utilização de *software* livre. Aos usuários dos Telecentros foi propiciado um aprendizado da Internet, correio eletrônico, editores de textos e planilhas eletrônicas, todos baseadas em *software* livre.

Nesta época, a intenção do programa de inclusão digital era também a criação de novos espaços de organização social. Assim, foram criados os conselhos gestores dos Telecentros. Essa iniciativa implementou um novo espaço de organização da sociedade para participação nas políticas públicas.

Com a mudança da administração municipal da cidade de São Paulo para o PSDB, com o governo de José Serra, os princípios norteadores da administração migraram para um padrão de gestão gerencial. Dessa maneira, o programa de inclusão digital se aproximou do padrão do governo estadual, sendo direcionado para incentivar a participação da comunidade na área de tecnologia visando formar profissionais para o mercado de trabalho.

A principal diferença entre as estratégias adotadas pelas duas gestões é que, na gestão anterior, a iniciativa era da própria administração pública municipal, com a articulação dos principais agentes dos movimentos populares, ao passo que a atual administração municipal prefere estabelecer parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil, na verdade, com quaisquer entidades que se

mostrarem interessadas em apoiar as ações da prefeitura nos projetos de inclusão digital. A parceria pode ser firmada com doação de equipamentos, disponibilização de funcionários para ministrar cursos nas unidades, incentivo ao voluntariado, reforma e até construção de unidades, entre outras. (SÃO PAULO, 2007b).

O programa de inclusão digital montado no governo de Marta Suplicy teve como grande mérito a preocupação de criar conselhos gestores e institucionalizar o programa, buscando sua continuidade. Após a mudança de governo, este programa de inclusão digital não sofreu modificações muito significativas. Os novos administradores pretendem investir em tecnologia e na abertura de novos Telecentros, anunciam que as possíveis modificações ficarão por conta da atribuição de um peso menor para a governabilidade democrática e uma maior ênfase na empregabilidade em função da orientação ideológica da política partidária na sucessão no governo da cidade de São Paulo.

Em Curitiba quando o arquiteto e urbanista Jaime Lerner ocupou o cargo de prefeito, o planejamento urbano se tornou fato marcante na cidade. Ao mesmo tempo, a intensiva publicidade da qualidade de vida oferecida por Curitiba, nesta época, levou a um processo de urbanização acelerado, provocando migrações do campo e de populações de outras cidades ou Estados para Curitiba.

A prefeitura iniciou um programa de inclusão digital para capacitar a população para os novos desafios que se mostravam. A administração municipal firmou parcerias com a PUCPR e ICI para implementar seu programa de inclusão digital, visto que a população não se encontrava preparada para competir imediatamente num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. A tradição de planejamento urbano tecnocrático levou o programa a ser gerido por um órgão da administração municipal, o ICI, e não pela comunidade.

O programa de inclusão digital montado no governo Cássio Tanigushi, do PFL, preocupou-se em criar uma gestão técnica do programa. O programa é controlado pelo ICI, sendo efetuadas pesquisas semestrais de satisfação dos usuários com o programa, sendo o único meio de participação popular disponibilizado pela administração municipal para o programa de inclusão digital.

A histórica continuidade de governos municipais tecnocráticos em Curitiba, baseados em planejamento urbano, levou à manutenção das políticas

lastreadas em determinações técnicas dos órgãos do planejamento, não existindo uma participação ativa da população, ou mesmo legislativa, que venha a institucionalizar formalmente os programas de inclusão digital da capital paranaense. A preocupação com o planejamento e a técnica pautou as atividades dos recentes governos municipais, sendo a institucionalização dos programas de inclusão digital relegadas a um segundo plano, ficando a ênfase dos programas concentrada nos projetos tecnológicos dos programas de iniciativa do governo municipal.

Com a mudança para o governo de Beto Richa, do PSDB, os programas de inclusão digital estão sendo questionados, principalmente em função do órgão controlador, o ICI. Grande parte da administração municipal quer transferir para o IPPUC o controle dos programas, com a criação de novos programas de inclusão digital, uma disputa entre dois órgãos com características tecnocráticas. A principal justificativa para os novos programas é o incremento das possibilidades de acesso às tecnologias “sem fio”, aumentando de 49 para 450 pontos de acesso. (PINHEIRO, 2006, p. 1).

Quando se analisa a institucionalização dos programas de inclusão digital, o conceito adotado para interpretação do termo institucionalização se fundamenta em Vitorino (1961, p. 47) que defende que a institucionalização é uma “forma de organização de poder onde os homens deixam de obedecer a outro homem, passando a obedecer a uma instituição ou a uma abstração”. Uma situação jurídica de transferência do suporte do poder da pessoa dos governantes para uma entidade abstrata e ideal, independente das pessoas dos governantes. Esta entidade passa a ser “dotada de unidade, de continuidade, de poder fundado e limitado pelo direito”.

Porto Alegre inaugurou uma prática de construção de uma nova cidadania, calcada na democracia participativa. O programa de inclusão digital estava incluído nessa nova prática, que não foi beneficiada por uma institucionalização formal, como política pública, dificultando a continuidade do programa.

Os esforços despendidos pela comunidade, em busca de sua inclusão em uma nova Sociedade da Informação, conforme debatido no “I Fórum Social Mundial”, acabaram por serem relativizados na continuidade da administração municipal. Os Telecentros, que eram defendidos como espaços da própria

comunidade, restaram deteriorados por falta de verbas públicas para o seu custeio, tornando-se inúteis não apenas para a informática, mas também para serem espaços de participação democrática.

A falta de institucionalização do programa de inclusão digital de Porto Alegre demonstra que para justificar uma descontinuidade é suficiente criar, administrativamente, exigências que são difíceis de serem atendidas por todos os agentes envolvidos no programa, gerando, dessa maneira, dificuldades burocráticas e contábeis que as entidades comunitárias interessadas não conseguem atender.

A atual administração de Porto Alegre admite que só mantém o programa Telecentro em função da boa repercussão do programa no passado, mas que, por possuírem uma visão completamente diferente da gestão anterior, vão modificá-lo, buscando um direcionamento para o treinamento da população em busca de empregabilidade.

Com a mudança de governo, este programa de inclusão digital sofreu todos os tipos de ataques, sendo descontinuado em vários pontos. A política da nova administração está voltada para o programa CIBERNARIUM, que traz recursos do exterior. Não existe intenção de investimentos municipais para atender os Telecentros, buscando-se a participação da iniciativa privada para esses investimentos.

As descrições das experiências de Porto Alegre mostram a vulnerabilidade dos programas de inclusão digital, que não possuindo característica de política pública, muitas vezes, se tornam prioridade somente no discurso político, não sendo contemplados na lei orçamentária. Esperar que a sustentabilidade desses programas possa ser obtida junto à iniciativa privada é sempre contar com o imponderável, existe a possibilidade, mas as políticas devem ser públicas, não existindo a resposta necessária da iniciativa privada para assegurar a escala e a velocidade que os programas de inclusão digital exigem.

5.4.3 Atendimento aos marcos teóricos deste trabalho

Dos marcos teóricos escolhidos para este trabalho, os programas das cidades analisadas atendem à universalidade e à facilidade de acesso pela população aos programas de inclusão digital. A governabilidade democrática era

buscada em São Paulo e Porto Alegre, estando atualmente relegada a um segundo plano em São Paulo, nunca existiu em Curitiba e foi descontinuada em Porto Alegre. A alfabetização digital, tal qual a educação e pesquisa, era e é atendida nas três cidades pelos governos anteriores e os atuais. A empregabilidade sempre se mostrou ser uma meta perseguida em todos os casos, tanto na atualidade como no início dos programas. A preocupação com a continuidade do programa de inclusão digital só ocorreu em São Paulo no governo de Marta Suplicy, restando o pior caso o de Porto Alegre que o atual governo municipal descontinuou o programa em quase sua totalidade. Não houve em Porto Alegre e Curitiba a necessária preocupação com a institucionalização do programa de inclusão digital, retirando, dessa maneira, o controle de sua continuidade das mãos dos governantes, passando-o para a comunidade.

Tabela 5: Quadro comparativo dos programas de inclusão digital

	São Paulo	Porto Alegre	Curitiba
Universalidade e facilidade de acesso	Criação de espaços comunitários destinados ao aprendizado de informática nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano (IDH), com acesso livre para a comunidade; política mantida pelo atual governo.	Tradicional espaços de participação popular (centros comunitários) aproveitados para implementação dos programas de inclusão digital; espaços escolhidos pelas próprias comunidades beneficiadas, não havendo restrição de utilização; no atual governo, os espaços do projeto CIBERNARIUM são localizados no centro da cidade.	Utilização dos “faróis do saber”, que são bibliotecas distribuídas pela cidade, de um posto de serviço na rua “24 horas” e das escolas, não havendo restrição de uso; no atual governo prevista ampliação dos espaços de atendimento para outros lugares.
Governabilidade	Ampla participação das comunidades através dos	Ampla participação das comunidades	Projeto proposto e implementado pela

democrática	comitês de gestão dos telecentros; na segunda gestão, manutenção da participação, porém com redução nas competências dos conselhos.	através dos comitês de gestão dos telecentros; porém com a mudança de governo houve a dissolução deste arranjo de governança do projeto.	Prefeitura, sob a liderança do ICI, sem possibilidades de participação por parte da população em ambas as gestões.
Alfabetização digital/educação/pesquisa	O aprendizado da informática foi considerado como fundamental nas duas gestões analisadas, sendo incentivada a absorção dos conhecimentos de software livre na primeira gestão.	O aprendizado da informática foi considerado como fundamental nas duas gestões analisadas, sendo incentivada a absorção dos conhecimentos de software livre na primeira gestão.	O aprendizado da informática foi considerado como fundamental nas duas gestões analisadas, mas não houve a utilização de software livre.
Empregabilidade	O objetivo de facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a sua alfabetização digital esteve presente no programa do governo anterior e acentuou-se no governo atual.	O objetivo de facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a sua alfabetização digital não era o principal objetivo do programa de inclusão digital do governo anterior, mas estava presente; já no governo atual é um dos principais objetivos do programa de inclusão digital.	O objetivo de facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a sua alfabetização digital era um dos principais objetivos do programa de inclusão digital do governo anterior e permanece desta maneira no governo atual.
Continuidade do programa de inclusão digital	A preocupação com a continuidade do programa de inclusão digital foi considerada pelo governo anterior, que buscou institucionalizar o	Não houve preocupação do governo anterior em institucionalizar o programa de inclusão digital, acreditando que o próprio sucesso	O programa de inclusão digital da Prefeitura mantém suas características de programa de governo; nem o governo anterior nem o atual buscaram

programa visando e reconhecimento institucionalizar o propiciar sua público fossem o programa de inclusão continuidade; o governo suficiente para garantir digital; continua como atual mantém o programa a sua continuidade; o administração técnica criado pelo seu governo que sucedeu sem participação antecessor buscando tratou de descontinuar popular, restando uma minorar a participação imediatamente o disputa entre órgãos da popular que chama de programa, retirando os própria prefeitura pela “politização” da poucos subsídios que gestão do projeto. administração do eram fornecidos para programa. as comunidades manterem os telecentros.

Tabela 6: Quadro comparativo São Paulo, por governos

	São Paulo governo anterior	São Paulo governo atual
Universalidade e facilidade de acesso	Houve a criação de espaços comunitários destinados ao aprendizado de informática nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano (IDH), com acesso livre para a comunidade.	Continua a prática de manutenção e criação de espaços comunitários destinados ao aprendizado de informática nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano (IDH), com acesso livre para a comunidade.
Governabilidade democrática	Ampla participação das comunidades através dos comitês de gestão dos telecentros.	Manutenção da participação das comunidades através dos comitês de gestão, porém com redução das competências dos conselhos.
Alfabetização digital, educação e pesquisa	O aprendizado da informática considerado como fundamental, sendo incentivada a absorção dos conhecimentos de software livre.	O aprendizado da informática continuar importante, mas sem ênfase na utilização do software livre.
Empregabilidade	O objetivo de facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a sua alfabetização digital esteve presente no programa de inclusão	Acentuou-se a busca do objetivo de facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a alfabetização digital.

Continuidade do programa de inclusão digital	digital do governo anterior.	
	Preocupação com a continuidade do programa de inclusão digital, que buscou institucionalizar o programa visando propiciar sua continuidade.	Manutenção como programa institucionalizado, buscando, porém, minorar a participação popular considerado “politização” da administração do programa.

Tabela 7: Quadro comparativo Curitiba, por governos

	Curitiba governo anterior	Curitiba governo atual
Universalidade e facilidade de acesso	A partir da estrutura já existente dos chamados “faróis do saber” que eram bibliotecas distribuídas pela cidade, de um posto de serviço na rua “24 horas” e das escolas, foram implementados os espaços para o desenvolvimento do programa de inclusão digital da Prefeitura, não havendo restrição de uso para a população.	A partir do resultado da disputa pela administração do programa entre os órgãos técnicos da Prefeitura é que será possível identificar se existirá uma ampliação dos espaços de atendimento; esta medida proposta pelo IPPUC visa possibilitar maior facilidade de acesso ao programa pela população, não sendo divulgada até o momento a política de escolha destes locais.
Governabilidade democrática	Projeto proposto e implementado pela Prefeitura, sob a liderança do ICI, sem possibilidades de participação por parte da população.	Projeto continua sendo administrado por órgãos técnicos da Prefeitura, sendo disputada sua administração pelo ICI e pelo IPPUC, sem possibilidades de participação por parte da população.
Alfabetização digital, educação e pesquisa	Aprendizado da informática considerado como fundamental, mas não foi incentivada a absorção dos conhecimentos de software livre.	Aprendizado da informática é considerado como fundamental e continua não havendo incentivo à absorção dos conhecimentos de software livre.
Empregabilidade	Facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a alfabetização digital um dos principais objetivos.	Permanece o objetivo de facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a sua alfabetização digital.
Continuidade do	Criou do programa de governo sem	O programa continua com

programa de preocupação com a administração técnica sem
inclusão digital institucionalização do mesmo. institucionalização.

Tabela 8: Quadro comparativo Porto Alegre, por governos

	Porto Alegre governo anterior	Porto Alegre governo atual
Universalidade e facilidade de acesso	Tradicionais espaços de participação popular (centros comunitários) aproveitados para implementação dos programas de inclusão digital; espaços escolhidos pelas próprias comunidades beneficiadas, não havendo restrição de utilização.	Os espaços que estão sendo incentivados são os destinados ao projeto CIBERNARIUM que não privilegia sua localização em regiões de menor IDH, são espaços no centro da cidade.
Governabilidade democrática	Ampla participação das comunidades através dos comitês de gestão dos telecentros.	A descontinuidade do programa e a retirada do apoio aos comitês de gestão levou a dissolução do arranjo de governança do projeto instituído anteriormente.
Alfabetização digital, educação e pesquisa	O aprendizado da informática foi considerado como fundamental sendo incentivada a absorção dos conhecimentos de software livre.	O aprendizado da informática continua sendo considerado como fundamental, mas sem incentivo a absorção dos conhecimentos de software livre.
Empregabilidade	Facilitar a inserção da população no mercado de trabalho mediante a sua alfabetização digital não era o principal objetivo do programa de inclusão digital, mas estava presente.	A empregabilidade se tornou um dos principais objetivos do programa de inclusão digital do governo atual.
Continuidade do programa de inclusão digital	Não houve preocupação em institucionalizar o programa de inclusão digital, acreditando que o próprio sucesso e reconhecimento público fossem o suficiente para garantir a sua continuidade.	Descontinuidade do programa de inclusão digital, não existindo um novo programa para sucedê-lo, apenas mantendo-se o CIBERNARIUM.

CONCLUSÕES

As práticas de gestão pública no Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988, têm que se adaptar à nova repartição de receitas e atribuições, na qual os governos estaduais e municipais devem prestar a maioria dos serviços diretamente à população. O desenvolvimento local está intimamente ligado às políticas sociais desenvolvidas pelos municípios. Na esteira dessa nova realidade, a continuidade dos programas de inclusão digital nos municípios brasileiros deve adquirir o *status* de política de Estado e não de partido ou governante. A institucionalização é fundamental para colocar estes programas sob o controle das comunidades, evitando que sejam desativados em função de terem sido implementados por governos anteriores.

Os temas inclusão e desenvolvimento local efetivamente devem fazer parte da nova agenda pública dos municípios tanto no plano econômico, como no social, buscando fazer frente aos novos desafios criados em função do fenômeno da globalização. A automação leva o cidadão, principalmente o urbano, a buscar uma nova forma de alfabetização, a alfabetização digital. Além do conhecimento adquirido tradicionalmente nas escolas, agora se faz necessária a alfabetização digital.

Cada localidade, de acordo com suas peculiaridades, está buscando soluções, recursos, com orientação política própria, para fazer frente a essa iminente problemática. É mais um desafio para as administrações municipais.

Nas áreas altamente urbanizadas, que recebem um grande fluxo de migrantes, e cuja economia, via de regra, está fundamentalmente baseada no conhecimento, a necessidade de uma abrangente política de inclusão digital se mostra necessária para auxiliar os esforços de inclusão social. Na medida em que o indivíduo possa acessar a rede, obtendo informações e resultados, pode vir a almejar, também, sua inclusão social e econômica por meio da obtenção de emprego e renda. Já para o exercício da cidadania é necessário o direito de acesso à informação, exigindo um governo eletrônico transparente, confiável, que disponibilize informações sobre suas atividades e políticas como primeiro passo para a promoção das condições necessárias do exercício da cidadania.

Detectou-se que a exclusão digital é mais uma forma de exclusão e acompanha ou contribui para o aprofundamento da exclusão social e econômica.

São atingidas, com maior força, as populações desprovidas de renda e emprego, deixando-as em situação social menos privilegiada. A esses fatores se associa a exclusão cultural, que impede, na maioria das vezes, que o indivíduo obtenha uma educação adequada.

A premissa de que as políticas públicas municipais desenvolvidas estão atreladas às práticas de gestão se confirmou na análise dos programas de inclusão digital estudados. Nas cidades onde predomina a prática gerencial fundamentada nos ditames do regime neoliberal, a participação popular não é considerada fundamental, contrariamente ao que acontece nas cidades onde a prática de gestão é a democrático-participativa. A participação popular, via conselhos-gestores, foi detectada nas administrações ditas progressistas, nas demais a centralização das decisões se localiza nos órgãos técnicos ligados às administrações municipais.

Dentre os padrões de gestão analisados, o democrático-participativo e, principalmente, o em rede, se mostram mais adequados para levar a cabo políticas públicas específicas de inclusão digital, em função do alto grau de complexidade da grande variedade dos atores envolvidos, porém, com interesses específicos na temática (os *stakeholders*) que dificulta um envolvimento de todos os cidadãos.

A institucionalização dos programas de inclusão digital é analisada a partir do conceito de Vitorino (1961, p. 47), que defende que é uma “forma de organização de poder onde os homens deixam de obedecer a outro homem, passando a obedecer a uma instituição ou a uma abstração”. Detectou-se que nas cidades onde não houve uma preocupação com a institucionalização dos programas de inclusão digital, estes foram e estão sendo muito modificados ou descontinuados. Em resposta aos questionamentos propostos neste trabalho é possível afirmar que não existem políticas de inclusão digital em curso nos municípios estudados, apenas iniciativas isoladas de programas de inclusão digital. Os referenciais escolhidos para esta pesquisa são atendidos por todas as cidades, plenamente, no quesito empregabilidade, existindo uma preocupação com a universalização do acesso aos programas de inclusão digital, na maioria das vezes. Essa universalização acaba sendo relativa, visto que os programas estão basicamente dirigidos para os setores que apresentam menor IDH-M dentro dos municípios.

A governabilidade democrática se restringe aos programas nos quais a prática de gestão municipal é a democrático-participativa, tais como São Paulo e Porto Alegre, não tendo sido detectada esta preocupação onde a prática de gestão municipal é a gerencial, como em Curitiba. A alfabetização digital é também perseguida, em maior grau nos municípios onde a prática de gestão é a democrático-participativa, restando para os municípios de gestão gerencial a busca por uma alfabetização digital suficiente e necessária para a inserção da população no mercado de trabalho.

Já a preocupação com a continuidade dos programas de inclusão digital só foi detectada no município de São Paulo, sendo que para isso houve a institucionalização do programa de inclusão digital como programa permanente do município e não um simples programa de governo. A totalidade dos programas de inclusão digital salienta a falta de proficiência no uso das ferramentas digitais por parte dos cidadãos, sendo sugerida, em vários congressos, uma padronização visual e de linguagem de fácil entendimento, bem como da navegabilidade e da legibilidade dos sítios governamentais.

As práticas de gestão burocrático–tecnocrática e gerencial tendem a buscar exclusivamente a universalidade de acesso e a empregabilidade, restando para a prática de gestão democrático-participativa a procura pela participação efetiva da sociedade na formulação, implementação e controle dos programas de inclusão digital.

Na cidade de São Paulo, o projeto, montado no governo de Marta Suplicy, demonstrou preocupação em criar conselhos gestores e institucionalizar o programa, mostrando-se como uma das mais importantes medidas na busca por sua continuidade. É universal, mas dirige-se às regiões da cidade onde o índice IDH-M é mais baixo; a governabilidade democrática também é atendida em alto grau, de forma corajosa e inovadora; a alfabetização, educação e pesquisa estão plenamente contempladas no programa; sendo a empregabilidade buscada com os treinamentos que visam à capacitação profissional; a continuidade foi pensada com leis que institucionalizaram os programas de inclusão digital. No caso específico dessa cidade, o atual governo está promovendo algumas mudanças no programa, mas este sobrevive basicamente em função de sua institucionalização, restando como principal crítica à antiga gestão o excesso de politização da participação popular.

Já em Porto Alegre, no governo de Raul Pont, não houve a preocupação com a institucionalização dos programas de inclusão digital. Muito embora tenham sido criados os conselhos gestores, não foram institucionalizados, deixando em aberto a possibilidade de descontinuidade. Era um programa universal, mas dirigido apenas a regiões da cidade onde o índice IDH-M é mais baixo; a governabilidade democrática era atendida em alto grau, em conjunto com as experiências do orçamento participativo e demais programas de participação popular e assistência social; a alfabetização, educação e pesquisa estavam plenamente contempladas no programa; estando a empregabilidade atendida com os treinamentos que visam à capacitação profissional; a continuidade não foi levada em consideração, com leis que institucionalizassem as iniciativas de programas de inclusão digital. No atual governo, os programas de inclusão digital de Porto Alegre estão sendo descontinuados, restando o programa CIBERNARIUM, que traz recursos do exterior.

Curitiba, embora pioneira em várias áreas da inclusão digital, possui programas baseados na tecnologia e gerenciados pela própria administração municipal, sem participação popular. A luta pelo poder se trava entre os órgãos da própria administração municipal em busca de maior participação dentro da estrutura administrativa municipal. São programas nos quais a participação popular não é considerada importante para o sucesso do empreendimento. O programa da gestão de Cássio Taniguchi era universal, dirigindo-se para todas as áreas da cidade; a governabilidade democrática nunca foi preocupação deste programa; a alfabetização, educação e pesquisa contemplavam apenas os estudantes; até a empregabilidade não era vista como um foco do programa, atendida com alguns poucos treinamentos que visaram à capacitação profissional; a continuidade lastreada na institucionalização não foi considerada até em função do tipo de gestão que premiava sempre a decisão técnica e não a política ou legislativa.

É possível concluir que não existem, nos municípios estudados, políticas públicas de Estado de inclusão digital, mas apenas programas de inclusão digital individualizados para cada município, padecendo a população da sempre presente possibilidade de descontinuidade dos programas a cada mudança no governo municipal.

Esta pesquisa apresenta-se limitada pela necessidade de um aprofundamento qualitativo que averigüe o grau de envolvimento da população na

formulação e implementação dos programas, o grau de satisfação desse envolvimento, por exemplo, junto aos gestores, co-gestores (associações comunitárias, ONGs envolvidas, etc.) e usuários, para que se possa ter melhores indícios dos motivos das mudanças administrativas, do uso efetivo das ofertas de participação, da disposição de participar e da efetividade e qualidade dos cursos de treinamento para aumentar a empregabilidade.

Os sítios municipais não propiciam dados suficientes para conclusões aprofundadas, exigindo um grande levantamento junto aos órgãos gestores dos programas, ou pesquisas, e sobre o uso e satisfação do usuário.

Os convênios com os governos estadual e federal necessitam ser pesquisados para verificar até que ponto influenciam ou limitam a liberdade municipal no desenvolvimento de seus programas de inclusão digital. A descentralização é uma das vantagens das políticas públicas que objetivam maior universalidade, rapidez de implantação e controle de resultados, mas normalmente são extremamente exigentes no que diz respeito ao repasse dos recursos. As parcerias público-privadas ainda se encontram em fase embrionária no Brasil e de difícil levantamento dos resultados alcançados, mesmo que se relacionem a empresas privadas, ONGs ou organizações das comunidades locais.

Ao Estado cabe, com certeza, a iniciativa da promoção das políticas públicas de inclusão digital, incentivando todos os níveis da federação para a busca de soluções para esses novos desafios. As formas, meios e arranjos devem ser definidos de acordo com as múltiplas peculiaridades das localidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel do estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, v.10, n. 3, jul./set. 1996.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**, São Paulo, v.9, n.1, maio 2003.

BALL, Stephen J. Professionalism, managerialism and performativity. **Cad. Pesquisas**, São Paulo, v. 35, n. 126, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742005000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set 2006.

BAVA, Silvio Caccia. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?.: **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, v. 10, n. 3, jul./set. 1996.

BLANCO, Fernando. **Entrevista**. Disponível em: <www.areda.inf.br>. Acesso em: 14 set. 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, 2., 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996a.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos - Habitat II, 2, 1996, Istambul. **Relatório nacional brasileiro**. Brasília, 1996b.

BRASIL. **Relatório Síntese da II Oficina de Inclusão Digital**. Realizada em Brasília de 27 a 30 de maio de 2003. Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/publicacao>. Acesso em setembro de 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Governo Eletrônico**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>>. Acesso em janeiro de 2007a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em janeiro de 2007b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em janeiro de 2007c.

BRESSER PEREIRA, L.C. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista do Serviço Público**, v.48, n.1, 1997.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 1998a.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Gestão do setor público**: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998b.

CABRAL, Adilson. Sete pontos: para concretizar a sociedade do conhecimento. **Informativo Eletrônico Sete Pontos**, v. 37, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos>>. Acesso em: 10 de setembro de 2006.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/>>. Acesso em janeiro de 2007.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti e Castanho de. **Direito de informação e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH**: democracia, cidadania e pobreza. Salvador, n.26/27, jan./dez. 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CATTANI, Antônio David. Emancipação social. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.130-135.

CHAGAS, Kátia. Entrevista de Dr. Luciano Dutti a Kátia Chagas. **Gazeta do Povo**, [200-?]. Disponível em: <www.canais.ondarpc.com.br>. Acesso em 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982. p. 18.

COM CIÊNCIA: REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTIFICO. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?>>. Acesso em janeiro de 2007.

CORNILS, Patrícia. **Entrevista**. Disponível em: <www.aredes.inf.br>. Acesso em 14 de setembro de 2006.

CURITIBA. IMAP. **Instituto Municipal de Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.imap.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2007a.

CURITIBA. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: <<http://curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em janeiro de 2007b.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). **Reforma do estado e democracia no Brasil**. Brasília: UNB/ENAP, 1997.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em setembro de 2006.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOWBOR, Ladislau; TREVISAN, Leonardo; MORAES, Denis de. **Desafios da comunicação**. Vozes: Petrópolis, 2001.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. **Ciberespaço: novas formas de interação social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EMPRESA PÚBLICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <www.procempa.com.br>. Acesso em janeiro de 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Reforma de políticas sociais no Brasil**: iniciativas recentes de governos estaduais e municipais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DO ESTADO: BRASIL E AMÉRICA LATINA NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO”, São Paulo, maio de 1998. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/Fia/reforma/Textos.htm>>. Acesso em jan. 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999. (Edição comemorativa dos 30 anos do CEPAM; O município no século XXI: cenários e perspectivas).

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.1, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>>. Acesso em setembro de 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [2004].

FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. (Orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

FORUM SOCIAL MUNDIAL. Um outro mundo é possível. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2007.

FREITAS, Ilton. **Entrevista**. Disponível em: <www.aredes.inf.br>. Acesso em 14 de setembro de 2006.

FREY, Klaus. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.37, 1996. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/revista_lua_nova_1996.htm>. Acesso em janeiro de 2007.

FREY, Klaus. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: INTERNET e política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na emergente sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias e comunicação na formação das redes comunitárias. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a11n21.pdf>>. Acesso em setembro de 2006.

FREY, Klaus. **Governança interativa**: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? Florianópolis: UFSC, 2004. (Paper apresentado no Seminário Nacional "Movimentos Sociais, participação democracia", de 26 a 28 de maio de 2004, UFSC, Florianópolis, Brasil).

FREY, Klaus. **Governança urbana**: um desafio interdisciplinar. Disponível em: <www.pucpr.br/mestrado/mestrado_gestao>. Acesso em 16 de novembro de 2006.

GASPAR, Ricardo. **Espaço urbano e inclusão social**: a gestão pública na cidade de São Paulo - 2001-2004. São Paulo: Instituto São Paulo de Políticas Públicas, 2006.

GENRO, Tarso. **Combinar democracia direta e democracia representativa**: desafios do governo local; o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **O papel dos conselhos gestores na gestão urbana**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GOUVEIA, L. (Org). **Cidades e regiões digitais**: impacto nas cidades e nas pessoas. Porto, Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

HOESCHL, Hugo César. **A vida digital e os direitos da sétima dimensão**. 2003. Disponível em: <<http://www.digesto.net/ddigital/digital/Panorama1.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

ICI. Instituto Curitiba de Informática. Disponível em:<www.ici.curitiba.org.br>. Acesso em janeiro de 2007.

JACOBI, P. R. Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação e autonomia? **Espaços & Debates**, São Paulo, v. 3, n.9, 1983.

JESUS, Paulo de; MANCE, Euclides. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 149-153.

JOHNSON, Bruce B. et al. **Serviços públicos no Brasil: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

KAUCHAKJE Samira. A academia e participação social no Brasil: teses e dissertações sobre movimentos sociais produzidas na UNICAMP e na USP entre 1970 e 1995. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.4, n.1, p.97-109, dez. 2002.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre estado, mercado e sociedade? **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

KRIEGER, Kevin. **Entrevista**. Disponível em: <www.aredo.inf.br>. Acesso em 14 de setembro de 2006.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARQUES DE MELO, José. Exclusão comunicacional e democracia midiática: dilema brasileiro no limiar da sociedade da informação. **Ensaio Comunicação em Revista**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2002.

MESQUITA, Alexandre Siqueira. **Apresentação do caso Porto Alegre**. In: FESTSOL - FESTIVAL DE SOFTWARE LIVRE, 3., de 16 e 17 de setembro de 2006, Juiz de Fora, 2006.

MORAES, Denis. **O capital da mídia na lógica da globalização: por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NÉRI, Marcelo Cortes (Coord.). **Mapa da exclusão digital no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2003. Disponível em: <www.fgv.br/cps>. Acesso em setembro de 2006.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, p. 49-61, 1997.

OSBORNE, David, GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**. Tradução de Sérgio Fernando G. Bath e Ewandro M. Júnior. 6. ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PESSI, Patrícia. **E-OP uma nova prática comunicativa do orçamento participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRG, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PINHEIRO, Clodualdo. **Entrevista**. Disponível em: <www.aredes.inf.br>. Acesso em 14 de setembro de 2006.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO ALEGRE. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/>>. Acesso em janeiro de 2007a.

PORTO ALEGRE. **Prefeitura Municipal: telecentros**. Disponível em: <<http://www.telecentros.com.br/>>. Acesso em janeiro de 2007b.

PORTO ALEGRE. **Prefeitura Municipal: cibernarium**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cibernarium/>>. Acesso em janeiro de 2007c.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão: problematizando o conceito. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.25, n.1, jan./jun. 1999.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do estado-providência**. Tradução de Joel Pimentel Ulhôa. Brasília: UNB, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: Unesp; Brasília: ENAP, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Adroaldo Quintela. **Inclusão digital e desenvolvimento local no Brasil**. [Panamá], 2003. (Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003).

SÃO PAULO. Departamento de Patrimônio Histórico. **A cidade de São Paulo e sua história**. Disponível em: <<http://www.prodiam.sp.gov.br/dph/historia/>>. Acesso em janeiro de 2007a.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. **São Paulo on-line**. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/homec.jsp>>. Acesso em janeiro de 2007b.

SCHWARTZ, Gilson. **Cidade do conhecimento**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/g_schwartz/index.htm>. Acesso em 10 de julho de 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital para o exercício da cidadania**. Disponível em: <http://www.iti.br/twiki/bin/view/Noticias/Press_Release2005Mar10A>. Acesso em 10 de março de 2005.

SOFTWARE LIVRE BRASIL. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.org/>>. Acesso em janeiro de 2007.

SOUZA, Nelson Mello e. Reforma administrativa no Brasil: um debate interminável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 28, n. 1, p. 54-70, jan./mar. 1994.

SOUZA, Regina Luna Santos de. **Políticas e experiências de gestão e fortalecimento da função pública**: definição de quadros para o fortalecimento da função pública: o caso brasileiro. [Panamá], 2003. (Trabalho apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003).

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VAZ, José Carlos. **Telecentro**: plano de inclusão digital e cidadania. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: www.inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos>. Acesso em janeiro de 2007.

VITORINO, Orlando. **Introdução filosófica à filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Guimarães, 1961.